



# AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil • SET 2012 • vol. 9 n. 2



## Semeando Agroecologia nas cidades

Edição especial  
Patrocínio:

PROGRAMA  
PETROBRAS  
DESENVOLVIMENTO  
& CIDADANIA



PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA





o ano de 2007 representou um marco na história da Humanidade. Foi quando a população urbana mundial equiparou-se numericamente à residente nas áreas rurais. Hoje as cidades já contam com mais de 3,5 bilhões de habitantes, e a ONU estima que até 2025 essa cifra ultrapasse os cinco bilhões. Se as atuais tendências persistirem, chegaremos lá com mais de três quartos da população urbana do planeta concentrada na Ásia, na África e na América Latina. Entretanto, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, as aceleradas migrações em direção às cidades nos chamados países em desenvolvimento não vêm sendo acompanhadas por efetivos processos de urbanização, condição essencial para o pleno exercício da cidadania, na acepção original do termo. O fenômeno migratório atual é marcado pela transferência da pobreza do campo para as cidades, onde os recém-chegados muito frequentemente são condenados a agudas privações. Nessas condições, as cidades se convertem em verdadeiros purgatórios em vida, tornando-se difícil estabelecer qualquer correlação entre o incremento das taxas de urbanização e avanços no processo civilizatório, tal como sustentam os arautos da modernização.

É nesse mesmo contexto de precariedade e de falta de perspectivas sociais que as práticas de agricultura urbana e periurbana emergem em todos os quadrantes do planeta como respostas criativas e expressões de luta de populações urbanas afetadas negativamente pelo receituário desenvolvimentista. Em grande medida, elas refletem um movimento de transplantação e adaptação para o cenário das cidades do repertório cultural camponês que integra a bagagem dos grupos migrantes. Mas também muitas vezes correspondem à manutenção de redutos agrícolas de antigas áreas rurais tomadas pela malha urbana. Independentemente da origem, revelam-se como práticas multifuncionais aos meios e modos de vida de parcelas significativas da população urbana, sobretudo as mais empobrecidas. A geração de ocupação e renda, bem como a produção alimentar para o autoconsumo, figuram entre as motivações mais evidentes. No entanto, há outras razões menos explícitas que pesam na decisão de cultivar o solo urbano mesmo que em condições frequentemente adversas. Elas vão desde o prazer de trabalhar em contato íntimo com a natureza até a criação de ambientes mais saudáveis para o convívio nos conglomerados urbanos. Nesse sentido, podemos interpretá-las como caminhos construídos pelos mais pobres para a humanização das cidades.

Salvo raras exceções, essas práticas foram por muito tempo negligenciadas pelos poderes públicos. Somente a partir da II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, as Nações Unidas, seguidas por alguns Estados nacionais, incorporaram a agricultura urbana e periurbana como estratégia para o enfrentamento de sérios dilemas sociais gerados pela acelerada aglomeração demográfica. A partir de exemplos documentados em variados contextos nacionais e internacionais, esta edição da revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* aponta avanços, limites e contradições de iniciativas da ação pública nesse campo.

○ editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.9, n.2

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com a Fundação Ilea – Holanda.



Rua das Palmeiras, n. 90  
Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 22270-070  
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br  
www.aspta.org.br

Fundação Ilea  
PO Box 90, 6700 AB Wageningen, Holanda  
Telefone: +31 (0) 33 467 38 75 Fax: +31 (0) 33 463 24 10  
www.ilea.org

## CONSELHO EDITORIAL

### Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

### Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

### Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

### Jean Marc von der Weid

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

### José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

### Maria Emília Pacheco

Fase Solidariedade e Educação, RJ

### Romier Sousa

Instituto Técnico Federal – Campus Castanhal

### Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

### Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - Embrapa

## EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Márcio Mattos Mendonça

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Base de dados de subscritores – Analu Cabral

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – Severin Johannes Baptist Halder

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Gol Gráfica

Tiragem: 7.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04

**Editor convidado** • Márcio Mattos de Mendonça

## ARTIGOS

06

**Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida**

Bruno Azevedo Prado, Claudemar Mattos e Annelise Caetano Fraga Fernandez



10

**Gerais urbanos: Agroecologia, cultivo e consumo de alimentos na cidade de Montes Claros**

Eduardo Magalhães Ribeiro, Giliarde de Souza Brito, Flávia Maria Galizoni e Hélder dos Anjos Augusto



16

**Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável**

Lorena Anahi Fernandes da Paixão e Marcelo Oliveira de Almeida



23

**Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte**

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Lídia Maria de Oliveira Morais e Lorena Anahi Fernandes da Paixão



29

**Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro**

Guilherme Strauch, Márcio Mattos de Mendonça e Maria Conceição Rosa



35

**Pesquisa-ação em Agroecologia no município de Guarulhos**

Manoel Baltasar Baptista da Costa, Paulo Henrique de Lima, Túlio Caio Binotti, Carlos Artur Salgado e Luiz Fernando Faustino



39

**Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba**

Paulo Rogério Lopes e Keila Cássia Santos Araújo Lopes

43

**Publicações**

44

**Seção Agroecologia em Rede**

Claudio Oliver e Eduardo Feniman

# Semeando Agroecologia nas cidades

Márcio Mattos de Mendonça

Desde a formação dos primeiros conglomerados humanos, foram estabelecidos cultivos agrícolas e criações animais próximos às moradias. Mesmo com o surgimento das cidades e, posteriormente, das grandes metrópoles, essas práticas não foram abandonadas. Seja para manter tradições familiares e regionais com um forte apelo cultural, para contar com alimentos frescos ou mesmo para gerar fontes complementares de renda, a realidade é que a agricultura permanece nas cidades e em suas periferias, em quintais ou lajes domésticas, em áreas não edificadas ou espaços institucionais, tais como escolas e postos de saúde.

No presente contexto mundial, em que as crises socioambiental e alimentar se agravam como resultado do aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que leva à concentração de riquezas, à superexploração dos recursos naturais e à aglomeração das populações em grandes cidades, essas práticas se disseminam como respostas ativamente construídas por parte das parcelas mais vulneráveis e afetadas. Ao mesmo tempo em que surgem como reação, elas apontam para alternativas viáveis para a reconstrução de relações mais equilibradas entre o meio urbano e o meio rural e a promoção de cidades mais saudáveis e sustentáveis. O enfrentamento estrutural das crises deve, portanto, reconhecer e tirar partido do potencial dessas práticas sociais.

No entanto, é recente e ainda restrito o reconhecimento oficial da agricultura urbana e periurbana. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), vêm gradativamente atentando para a importância da agricultura urbana e periurbana e recomendando o

apoio a sua disseminação e consolidação. Já em 1999, a FAO estimava que 800 milhões de pessoas estavam envolvidas com a produção de alimentos nas cidades e no seu entorno e eram responsáveis por cerca de 15% da produção alimentar mundial. Em Cuba, por exemplo, mais de 384 mil pessoas em 156 municípios estão engajadas na atividade. Um programa estatal de agricultura urbana define metas anuais de produção com o objetivo de assegurar o abastecimento alimentar da população. Como resultado, somente no primeiro trimestre de 2010, as hortas urbanas cubanas produziram 362.608 toneladas de vegetais.

Na cidade argentina de Rosário, a Secretaria Municipal de Promoção Social implementou um programa de agricultura urbana no início dos anos 1990, como estratégia para criar alternativa de ocupação e renda para a parcela da população mais afetada pela grave crise econômica que o país atravessou naquele momento. O sucesso do programa deveu-se em grande medida à articulação de organizações governamentais, não governamentais, acadêmicas e de base comunitária. Atualmente, o programa envolve mais de 10 mil famílias de desempregados urbanos e está inserido no plano diretor da cidade.

Em diversos países da Europa, a agricultura urbana vem sendo cada vez mais difundida. A Rede Portuguesa de Agricultura Urbana e Periurbana elaborou um mapa nacional da atividade e promove debates e trocas de experiências entre representantes das variadas iniciativas identificadas, principalmente aquelas institucionalizadas. As hortas são comuns também na paisagem urbana da Alemanha, da Suíça e de outros países europeus. A agricultura urbana surge com força também na África Subsaariana, onde o crescimento urbano acelerado vinha se dando justamente em países pouco preparados para alimentarem as suas cidades.

No Brasil, a criação de um programa de agricultura urbana vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o ensaio da construção de uma política nacional voltada para essa atividade ocorreram a partir da pressão dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil nas conferências nacionais de segurança alimentar e nutricional ocorridas em 2002 e 2007. Após esta última, o MDS realizou, em parceria com diversas organizações da sociedade civil, um diagnóstico sobre a situação da agricultura urbana e periurbana em 11 regiões metropolitanas. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que contou com a participação de representantes de iniciativas de agricultura urbana de diversas regiões do país e apontou diretrizes para a construção de uma política nacional nessa área. Um coletivo nacional de agricultura urbana, formado por representantes de organizações sociais que detinham experiência de trabalho nesse campo, operava naquele momento com o objetivo de apoiar o MDS a formular ações estratégicas para compor a Política de Agricultura Urbana e Periurbana.

Porém, a partir de 2008, com o lançamento dos primeiros editais para a constituição dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caaups), o diálogo entre o governo federal e a sociedade civil ficou comprometido. Desde então, os investimentos públicos passaram a ser orientados exclusivamente para prefeituras municipais, governos estaduais e órgãos públicos. Dessa forma, o Estado deixou de valorizar e reforçar o acúmulo de experiências e o protagonismo assumido por parte de entidades da sociedade civil que, juntamente com movimentos populares,

demandaram e apresentaram propostas concretas para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana.

A ausência de controle social das ações implantadas, a falta de um marco regulatório para o financiamento de projetos executados por organizações da sociedade civil, a desconsideração das redes e arranjos locais preexistentes e a negligência quanto à multiplicidade de funções da agricultura urbana e periurbana comprometeram o sucesso da política de agricultura urbana desenhada pelo MDS. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela execução das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, não incorporou a questão em sua agenda e por essa razão os agricultores urbanos e periurbanos encontram dificuldades no acesso às políticas destinadas à agricultura familiar. O primeiro obstáculo está na obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento oficial necessário para que as famílias produtoras acessem as diversas políticas, como o crédito e a venda para mercados institucionais.

Outra dificuldade enfrentada de forma cada vez mais frequente pelos agricultores refere-se às alterações no zoneamento do uso do solo nos planos diretores dos municípios sem o devido debate com a sociedade. Vários artigos aqui apresentados abordam os conflitos resultantes desse processo. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, muitos municípios não reconhecem a existência de áreas rurais em seus planos diretores, o que significa a desobrigação do Estado para com a atividade agrícola, bem como o aumento da carga tributária sobre a ocupação e o uso do solo.

Além de apontar as dificuldades que os agricultores urbanos encontram para ser oficialmente reconhecidos pelo Estado e obter apoio por meio de políticas públicas, os artigos desta edição trazem relatos e análises sobre a riqueza e a diversidade das iniciativas de agricultura urbana e periurbana. Ao explorar a dimensão organizativa dessas experiências, os textos evidenciam como redes de mobilização social vêm sendo estabelecidas para dar visibilidade e afirmar a importância dessa atividade.

O artigo *Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável* mostra como o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu (Comupra) organiza as ações comunitárias de agricultura urbana, inseridas em uma estratégia de revitalização ambiental e social da região do Baixo Onça, em Belo Horizonte (MG). Os autores trazem ainda uma reflexão sobre a importância da agricultura urbana e apresentam os desafios à sua prática.

Também vindo da região metropolitana de Belo Horizonte, o artigo *Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte* descreve a trajetória dessa articulação em rede e as suas lutas políticas.

O artigo *Pesquisa-Ação em Agroecologia no Município de Guarulhos* relata a experiência de promoção da agricultura urbana a partir de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar do município proposto pela prefeitura municipal de Guarulhos e realizado como atividade de extensão universitária pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

Em *Gerais Urbanos: Agroecologia, cultivo e consumo de alimentos na cidade de Montes Claros*, os autores caracterizam a

região Norte de Minas Gerais e o município de Montes Claros, buscando estabelecer a relação entre população, cultura e ambiente. Destacam também a preponderância das mulheres, na maioria dos casos, mais idosas. Ressaltam a importância das trocas de sementes, mudas, conhecimentos, bem como o mecanismo de autoproteção de vizinhança. O artigo traz ainda um olhar sobre as técnicas agrícolas relacionadas ao uso da biodiversidade, à escolha das áreas, à definição dos cultivos e ao manejo dos solos.

Do Rio de Janeiro, trazemos dois artigos. O primeiro, intitulado *Agricultores do Maciço da Pedra Branca: em busca de reconhecimento de seus espaços de vida*, mostra a experiência de uma agricultura de resistência em plena capital fluminense. Os autores abordam o papel e a importância das articulações entre associações representativas de agricultores, entidades de assessoria, organizações de consumidores e a Rede de Agricultura Urbana organizada na cidade. Descrevem também a relação de grupos de agricultores com o Parque Estadual da Pedra Branca e os problemas de adequação das políticas públicas, principalmente no que se refere à obtenção de documentos necessários ao acesso às políticas – especialmente a DAP.

**Já o artigo *Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro trata das agriculturas periféricas que têm origem nas antigas histórias de luta pela terra na região. Os autores abordam o papel da Escolinha de Agroecologia como ambiente de formação e incentivo à transição agroecológica e dão ênfase ao papel das feiras locais como espaços de visibilidade e viabilização econômica da agricultura familiar dos municípios metropolitanos.***

Por fim, o artigo *Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba* mostra como se deu a construção dessa forma de agricultura pelo Estado cubano em resposta à crise alimentar dos anos 1990, quando Cuba passou por uma grave crise econômica. Inicialmente encarada como estratégia de combate à insegurança alimentar, a agricultura urbana em bases convencionais foi forçadamente substituída por uma agricultura urbana de base ecológica, graças à inviabilidade de manutenção do modelo produtivo industrial. O artigo caracteriza dois tipos de sistemas de produção: um opera por meio da substituição de insumos, enquanto o outro foi denominado pelos autores como agricultura de processos.

**Márcio Mattos de Mendonça**  
Coordenador do Programa de  
Agricultura Urbana da AS-PTA  
[urbana@aspta.org.br](mailto:urbana@aspta.org.br)



# Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida

Bruno Azevedo Prado

Claudemar Mattos

Annelise Caetano Fraga Fernandez

A agricultura da cidade do Rio de Janeiro possui um longo histórico. Embora hoje relegada a um papel menor, ocupou muito da área denominada de Zona Oeste do município, que por muito tempo foi polo de abastecimento agrícola da capital. A região ainda apresenta resquícios de um passado rural que se confirma pela forma com que outrora fora conhecida: o *sertão carioca*. Entretanto, se nos ativermos à ideia de *resquícios* da agricultura, retendo na mente apenas a imagem do urbano, deixamos de perceber o processo de fortalecimento de experiências e práticas agroecológicas que são reinventadas e ganham espaço na região a partir do protagonismo dos agricultores e das várias redes que constroem e às quais recorrem.

A Zona Oeste carioca vem sendo alvo de forte expansão urbana e especulação imobiliária, sobretudo em função das grandes obras dos megaeventos que despontam no futuro próximo da cidade. É importante lembrar, porém, que, apesar das feições urbanas e industriais, a atividade agrícola persiste na região e detém relevância econômica e social para a manutenção de famílias de agricultores que lutam para manter suas territorialidades e modos de vida específicos. É lá onde centenas de famílias de agricultores têm estabelecido como meio de vida a produção e a comercialização de bananas e caquis, aipim e hortaliças, além de uma série de outros frutos e verduras da região, como a taioba e a bertalha, alimentos tradicionais que vêm reaparecendo no cardápio carioca.

Muitas dessas famílias, que estão na região há mais de um século e dependem da renda das atividades agrícolas, vêm sofrendo com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, sobretudo, com as restrições de órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza. Muitas já venderam suas propriedades que hoje se transformaram em grandes condomínios residenciais, aumentando fortemente o impacto ambiental na região.

Mas é também na Zona Oeste, especificamente no Maciço da Pedra Branca, que agricultores e agricultoras têm se mobilizado em busca de reconhecimento da prática agrícola realizada em espaços da cidade e sua inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Entre os resultados desse processo de mobilização, destacamos o fortalecimento de organizações como a Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca em Rio da Prata (AgroPrata), a Associação de Agricultores de Vargem Grande (AgroVargem) e a Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (Alcri), bem como a formação de parcerias e sua inserção em redes com universida-

des, entidades de assessoria, grupos de consumidores e a Rede de Agricultura Urbana, entre outros atores. Dessa forma, vai-se recriando um desenho do mapa da agricultura na cidade do Rio de Janeiro e aumentando o repertório das atividades e estratégias a que esses agricultores recorrem na manutenção de seus modos de vida. A participação em circuitos de feiras orgânicas, no caso da AgroPrata, tem permitido levar a outros espaços da cidade produtos da agricultura da Pedra Branca, entre eles, o vinagre de caqui e a banana e o caqui-passa orgânicos, novidades desenvolvidas localmente pelos agricultores. Já o cultivo da banana e de outras culturas em meio a remanescentes de Mata Atlântica pela AgroVargem proporcionou recentemente a emissão da primeira *Declaração de Aptidão ao Pronaf* (DAP) entre esse grupo de agricultores. O reconhecimento de saberes tradicionais em relação às plantas medicinais, dentro do contexto de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, também tem fortalecido e reunido os agricultores da Alcri, assim como os das outras associações.

As experiências de agricultura na cidade do Rio de Janeiro acompanham o fenômeno da invisibilidade que atinge todo o campesinato brasileiro. Tal condição de ausência de reconhecimento da existência de modos de vida camponeses foi construída por discursos que, embasados nos dados de



Fotos: acervo da Rede de Agricultura Urbana

Beneficiamento do caqui para produção do vinagre e do caqui-passa na AgroPrata, no bairro de Campo Grande (RJ)

que mais da metade da população mundial vive em espaços urbanos desde 2007, alardeiam que o século XXI marca o momento da implantação dos megaprojetos. Entretanto, as diversas experiências de fortalecimento da agricultura nos fazem perceber que há muito mais camponeses do que nós imaginamos ou queremos admitir, mesmo nas cidades e nos espaços mais urbanizados.

### Os lugares da agricultura no cenário carioca

Com uma população de 6.320.446 habitantes (IBGE, 2010), o Rio de Janeiro é a segunda maior cidade brasileira e a quarta da América Latina. A cidade estende-se 70 km de leste a oeste e 44 km de norte a sul, abrangendo uma área de aproximadamente 1.200 km<sup>2</sup>, que inclui ilhas e águas continentais. Oficialmente, a cidade é dividida em 32 regiões administrativas perfazendo um total de 159 bairros. Conhecido por sua beleza natural exuberante e outros grandes atrativos turísticos, o Rio de Janeiro é provavelmente a cidade brasileira mais famosa mundialmente. Seu relevo se caracteriza pelos contrastes de montanhas e mar, florestas e praias, além de planícies extensas e paredões rochosos. Os dois grandes maciços que a cidade apresenta, o Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca, têm, respectivamente, 1.022m e 1.025m de altitude e neles se localizam unidades de conservação de proteção integral, nomeadamente, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. Este último, localizado na Zona Oeste da cidade, possui 12.394 hectares e consiste na maior reserva florestal localizada em área urbana do mundo.

A invisibilidade da agricultura no Maciço da Pedra Branca foi reforçada pelo fato de que, em 1974, uma parcela substantiva do território foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca.<sup>1</sup> A partir dessa data, a veiculação de representações e imagens desse espaço como uma floresta intocada se tornou dominante, o que favoreceu o esquecimento da história da ocupação agrícola do maciço e o não reconhecimento da luta dos produtores locais pelo direito de permanecer nesse território, conciliando suas práticas agrícolas com a conservação da natureza.

Para os agricultores do maciço, as restrições impostas pela legislação ambiental que rege o parque aumentaram as dificuldades já vividas frente às mudanças nas relações de produção e de mercado na cidade. No entanto, de um modo que não se poderia prever, a existência dessa área protegida acabou por preservar a agricultura local de um processo mais amplo de urbanização e expropriação dos pequenos produtores. Na atualidade, pode-se dizer que o PEPB é um espaço de conservação da natureza, mas também de reprodução de uma pequena agricultura que vem construindo valores agroecológicos locais. Na luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, os agricultores do Maciço da Pedra Branca procuram mostrar como suas práticas agrícolas podem ser conciliadas com os objetivos da conservação da natureza.

<sup>1</sup> Entre outros objetivos, a criação do PEPB pretendia garantir a preservação dos mananciais que abasteciam e abastecem a Zona Oeste da cidade Rio de Janeiro.



Entretanto, o espaço de vida dos agricultores ultrapassa as fronteiras do parque e seu entorno. Construindo circuitos curtos de mercado, sua produção é direcionada para feiras orgânicas e feiras das roças agroecológicas, pontos de comercialização locais e venda direta de porta em porta. Essa produção vem ganhando reconhecimento e valor por sua especificidade. É também se organizando em redes e grupos informais para além das associações que os agricultores vêm garantindo a entrada em novos espaços e fortalecendo a Agroecologia na cidade, o que pode ser sinalizado pela recente eleição de um agricultor da AgroVargem e de uma agricultora da AgroPrata como membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (Consea-Rio).

### Reconhecimento: primeiro passo para o acesso às políticas públicas

A agricultura praticada nas cidades pode ser expressa de formas bastante heterogêneas: o cultivo em pequenos espaços para consumo próprio ou lazer; os quintais e hortas urbanas individuais ou comunitárias nas escolas e igrejas; os sítios nas áreas consideradas no Plano Diretor da cidade como urbanas ou aqueles em áreas de crescente urbanização. Todas essas formas constituem práticas que reconectam os moradores urbanos aos diferentes ritmos da natureza, gerando sociabilidades que se distinguem do isolamento e do individualismo na maioria das vezes marcantes nas grandes cidades. A existência e a permanência do fenômeno da agricultura urbana como uma atividade desempenhada por muitas pessoas, contudo, desafiam aqueles que a veem como um paradoxo ou uma moda passageira. Sua heterogeneidade também consiste num desafio ainda maior para os formuladores de políticas públicas que, hoje, pouco têm conseguido contemplar as demandas da atividade

da produção agrícola no entorno dos aglomerados urbanos do Brasil.

É diante desse contexto que os agricultores da AgroVargem, da AgroPrata e da Alcri, bem como os de outras regiões da Zona Oeste do Rio de Janeiro, têm enfrentado dificuldades para acessar programas direcionados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Embora a maioria se enquadre nos critérios exigidos para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – instrumento necessário para o acesso aos programas governamentais –, o fato de terem um modo de vida mais próximo à realidade da metrópole muitas vezes acaba fazendo com que não sejam considerados produtores rurais aptos a obter tal documento.

Buscando superar o desafio de obtenção das DAPs e atender aos direitos e demandas desses agricultores, a Rede de Agricultura Urbana articulou uma



Colheita do caqui em Rio da Prata, no bairro de Campo Grande



parceria que envolveu não só agricultores, mas também participantes de três projetos de assessoria— Projeto Semeando Agroecologia, da AS-PTA, Profito Pedra Branca, da Fiocruz, e o Programa de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca, vinculado à Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) – e da Rede Ecológica (grupo de compras coletivas de produtos orgânicos). Tal iniciativa recebeu a denominação de *Mutirão Pró-DAP*.

Esse grupo, reunido a partir de outubro de 2011, elaborou algumas estratégias e definiu um plano de ação que tem como diretriz orientar os agricultores sobre o acesso a esse direito. O plano envolveu a realização de um breve diagnóstico da propriedade de sete agricultores, de um total de cerca de 120 que plantam em áreas agrícolas do Maciço da Pedra Branca. Entre eles, foram levantadas as informações que poderiam enquadrá-los nos critérios de emissão da DAP: a documentação e o tamanho da propriedade; o local de moradia; a mão de obra utilizada; e a composição da renda. Os resultados apontaram que cinco agricultores têm a renda exclusivamente oriunda da atividade agrícola, enquanto que, no caso dos demais, a renda agrícola representa cerca de 90% dos ingressos familiares. A renda média proporcionada pela atividade agrícola no ano de 2011 foi de cerca de R\$ 33.500,00.

Com esse diagnóstico, e em companhia dos agricultores, o Mutirão Pró-DAP procurou o escritório local do órgão estatal de Ater em Campo Grande, bairro do Rio de Janeiro. O intuito foi estabelecer uma relação de diálogo que possibilitasse a emissão dos documentos, tendo em vista que, com exceção de problemas de documentação da titularidade da terra de alguns agricultores, os demais critérios para emissão da DAP são contemplados por todos os sete produtores. Dessa forma, os agricultores foram orientados sobre a adequação da documentação e os procedimentos necessários para que suas DAPs fossem regularmente emitidas. Essa estratégia de ação em rede resultou, no mês de junho de 2012, na garantia de emissão de pelo menos três DAPs, um número pequeno diante das centenas de agricultores familiares da cidade do Rio de Janeiro, mas que sinaliza um novo horizonte de possibilidades para o fortalecimento desse segmento invisibilizado.

## Considerações finais

As experiências aqui relatadas consistem em uma das expressões da agricultura nas cidades. Fenômeno bastante diverso, a agricultura nas áreas urbanas e periurbanas nos faz atentar não somente para as circunstâncias nas quais as pessoas praticam a agricultura, mas, de modo mais importante, para as razões e motivações que as levam a construir estratégias de fortalecimento e reconhecimento que envolvem dimensões sociais, políticas e ambientais (MOUGEOT, 2005). No caso dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, essas estratégias se refletem no sistema de produção que leva em consideração os limites e as potencialidades do uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que mantém a integridade dos fragmentos de Mata Atlântica na área urbana. Cumpre ainda ressaltar como a organização desses produtores em associações e redes recriam sociabilidades e permitem uma maior participação em diferentes espaços e esferas institucionais na busca por visibilidade no âmbito das políticas públicas



Agricultores da AgroVargem no ponto de comercialização no bairro de Vargem Grande, Rio de Janeiro

voltadas para a agricultura familiar. Certamente esses são casos que demonstram a necessidade de as políticas reconhecerem a heterogeneidade e a especificidade dos diferentes caminhos do desenvolvimento da Agroecologia no País.

### Bruno Azevedo Prado

mestrando do CPDA/UFRRJ e participante do Projeto de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca/UFRRJ  
braprado@yahoo.com.br

### Claudemar Mattos

engenheiro agrônomo, mestre em Ciência Ambiental, assessor do Projeto Semeando Agroecologia da AS-PTA e membro da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro  
claudemar@aspta.org.br


### Annelise Caetano Fraga Fernandez

doutora em Sociologia e Antropologia, professora da UFRRJ, coordenadora do Projeto de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca  
annelisecff@yahoo.com.br

## Referências bibliográficas:

MOUGEOT, L. J. A. (Ed.) **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan/IDRC, 2005.





# Gerais urbanos: Agroecologia, cultivo e consumo de alimentos na cidade de Montes Claros<sup>1</sup>

Eduardo Magalhães Ribeiro  
Giliarde de Souza Brito  
Flávia Maria Galizoni  
Hélder dos Anjos Augusto



## Migrações

A região Norte de Minas Gerais passou por uma grande transformação agrária entre fins da década de 1960 e o começo da década de 1980. A mudança foi promovida pela implementação de uma série de políticas públicas, que mobilizaram interesses agrícolas e industriais para *modernizar* o rural. Esse movimento foi associado à expansão da pecuária, com o gado zebu criado em pastagens plantadas, substituindo o antigo *curraleiro* que vivia em *soltas* nos chapadões. Compreendeu também a ocupação de grandes áreas de terras com eucaliptos, a drenagem de veredas e buritizais para cultivo irrigado e o corte da vegetação nativa para produzir carvão e abastecer o pólo de ferro-gusa da região central de Minas Gerais.

As mudanças na estrutura fundiária e produtiva provocaram sérios impactos sobre a população camponesa da região. Primeiro, estimularam a tomada de terras camponesas pelos novos negócios, forçando o deslocamento de parte da população rural para áreas urbanas. Segundo, a apropriação de grandes áreas de terras pelas firmas fechou a fronteira agrícola do Norte de Minas Gerais que permanecera aberta até o início dos anos 1980. Daí em diante, os camponeses que conservaram seus sítios assistiram, a cada geração, à emigração de novas levas de deserdados que tiveram que sair da terra, para que apenas um dos irmãos permanecesse no terreno da família.

Essa ofensiva de interesses empresariais sobre a região se manifestou de diversas formas: melhorou o rendimento físico da pecuária bovina graças à genética e aumentou a capacidade de

suporte dos pastos com a introdução de gramíneas africanas. Por outro lado, criou uma problemática agricultura irrigada, estabeleceu os eucaliptais nas áreas elevadas das chapadas, converteu as áreas de caatingas em patrimônio de grandes empresas, aciou a agricultura camponesa em terras piores e mais secas, tornou escassa a água nos gerais graças à drenagem de veredas, o que tornou mais *custoso* enfrentar os longos períodos de estiagem, uma vez que foi necessário criar programas dispendiosos de abastecimento, como carros-pipas e poços artesianos.

**A modernização agrária – como se dizia nos anos 1970 – trouxe consequências negativas também para as áreas urbanas da região, pois a tomada de terras provocou um rápido crescimento da população das cidades. Mais tarde, em decorrência do fechamento da fronteira agrícola, foi criado um fluxo contínuo de emigração para as cidades. Montes Claros se transformou então no principal destino dos movimentos migratórios dessa vasta região.**

No último meio século, a população urbana de Montes Claros cresceu num ritmo muito superior à média do estado: a população da cidade triplicou entre 1960 e 1980 e novamente duplicou entre 1980 e 2001. Esse ritmo de expansão não pode ser atribuído apenas ao crescimento vegetativo da população. Explica-se, em grande parte, pelos novos afluxos de migrantes gerados pela combinação de expulsão do campo e atração da cidade que existiu até os anos 1980. Mas, mesmo depois desse momento, o crescimento em Montes Claros permaneceu acelerado, indicando que a expulsão e atração continuaram existindo.

Num estudo feito na área urbana da cidade entre 2010/2011, Giliarde Brito mostrou a origem da população urbanizada nas últimas décadas, em sua grande maioria vinda do campo. Esses novos moradores da cidade associam a mudança para a cidade com a busca por trabalho e educação; mas também com a impossibilidade de continuar vivendo da terra.

## Montes Claros

Montes Claros é a maior cidade do Norte de Minas Gerais. Polariza toda a região, uma vasta área dos vales dos rios Jequitinhonha e Pardo, além de parte do vale do rio São Francisco, no estado da Bahia. Situado na borda do semiárido, o município recebeu desde a década de 1960 incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para instalar empresas e formar um parque industrial. Esses investimentos não serviram para gerar grande dinamismo industrial, mas estimularam o surgimento de um setor de serviços bastante forte, que sustentou o crescimento da cidade ao longo do último meio século.

Além dessas características econômicas, Montes Claros apresenta uma dotação muito original de recursos naturais. O município fica numa tripla confluência de Cerrado com Mata Seca e Gerais. Assim, exhibe um conjunto alternado e complexo

<sup>1</sup> A pesquisa que originou este artigo recebeu apoio do CNPq (475382/2009) e Fapemig (PPM0464-10).

de solos, climas, paisagens e regimes de chuvas. Essa dotação original distribuiu, pelo espaço, recursos naturais muito distintos e que são usados também de formas muito diferentes.

Tomando como referência a sede do município, os recursos podem ser agrupados, grosso modo, em quatro grandes matrizes:

- ao norte, domina a mata seca, caracterizada por solos muito férteis, com uma cobertura vegetal exuberante, mas com poucos corpos de água e extrema sensibilidade à seca;
- ao sul e leste, dominam duas formações: nas montanhas próximas da sede do município ficam campos de altitude - áreas mais chuvosas, frias, de terras menos férteis e incontáveis nascentes; mais além ficam formações de cerrado, marcadas principalmente pelas sucessões de campos-sujos e cerrado estrito senso;
- a oeste, predomina a formação denominada no local de *gerais*, caracterizada pelos chapadões arenosos de baixa fertilidade, pela abundância de veredas úmidas cobertas por buritizais, pela vegetação arbórea de baixa estatura e capins nativos.

Nem sempre essas formações podem ser distinguidas de maneira assim tão nítida na paisagem. Há muita sobreposição entre elas, o que contribui para criar uma espantosa diversidade de recursos naturais em distâncias às vezes de poucos metros. Por isso, no uso agrícola, muitas vezes os sistemas tradicionais de cultivo combinam técnicas absolutamente distintas numa mesma unidade de produção. Também pode ocorrer que na mesma localidade rural os regimes de uso e apropriação do solo sejam tão diferentes quanto a diversidade dos recursos.

Tudo isso é mediado por um regime de chuvas também muito peculiar. O município de Montes Claros pode apresentar um período chuvoso regular, bem

distribuído entre outubro e abril. Entretanto, por estar situado na *porta* do semiárido, a chuva quase sempre é concentrada, precipitando toda a água em poucas semanas ou meses, eventualmente ocorrendo ciclos de seca. Dessa maneira, cada formação e seu respectivo conjunto de recursos darão uma resposta produtiva específica às variações das chuvas, fazendo com que em alguns locais haja escassez de alimentos e forragens, contrastando com a abundância em áreas próximas. Essa diversidade tão grande permite que sejam criados sistemas produtivos adaptados e também muito diferentes.

Na história rural do município, a capacidade de autoabastecimento recebe muito destaque. Hermes de Paula, autor de uma das mais respeitadas crônicas montesclarenses, escreveu que o município passou sem abalos pela grande crise agrícola do final dos anos 1930 graças à diversidade da produção e dos sistemas produtivos. Uma mostra dessa diversidade ainda aparece, viva, nas manhãs do sábado na feira livre da cidade.







Essa dotação tão diversificada de recursos e climas costuma representar uma sólida barreira para a implantação de sistemas produtivos homogêneos e intensivos em capital. O solo não necessita ou não responde à adubação química; a mecanização costuma conduzir rapidamente à compactação e à erosão; a capacidade de suporte nas áreas de Mata Seca varia de 5 a 0,5 animais por hectare num mesmo ano de acordo com as estações. No entanto, se por um lado essa diversidade torna difícil estabelecer uma agricultura intensiva baseada em trator, veneno e adubo, por outro, ela garante ótimos resultados quando manejada por agricultores tradicionais. Passando pelo crivo do conhecimento local, os recursos são usados de acordo com uma experimentação amadurecida em décadas, que toma como base e potencializa sua diversidade. A agricultura urbana de Montes Claros revela essas possibilidades, e este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa feita com agricultores urbanos em 2010/2011.

### **Agricultura urbana**

Quando migraram para Montes Claros, muitos dos agricultores levaram a família e as esperanças, os endereços de parentes na cidade e o temor do futuro incerto. Mas levaram também um grande conhecimento de cultivos, mudas, sementes, solos e o desejo de continuar plantando. Nem sempre, porém, puderam implantar seus cultivos imediatamente. Às vezes se abrigavam com parentes que já viviam na cidade, ocupavam todo seu tempo trabalhando fora de casa e cumprindo muitas horas-extras. Ou, então, mesmo quando podiam se mudar, os quintais de suas casas eram muito pequenos, às vezes compartilhados com outras famílias ou abertos aos ataques de animais e aos furtos dos passantes, o que impedia que continuassem plantando.

O sonho de muitos deles era ter um terreiro próprio para manter seu cultivo. Por isso buscavam ao mesmo tempo casa e terreno próprios. E, como não foi fácil conseguir a

casa própria, levou tempo para que pudessem estabelecer a lavoura urbana. Muitos deles se aproveitaram de ocupações de terras, adquiriam lotes em conjunto com parentes também recém-migrados, compraram a prestação terrenos em bairros novos, distantes e sem estrutura ou *embolaram* recursos de pais, filhos, avós e netos para adquirir um lote. Foi preciso trabalho, economia, poupança, mas também a cooperação de parentes, que ajudaram na compra e na construção, emprestaram material e equipamento, partilharam os lotes. É por isso que muitas famílias formam grandes grupos agregados de vizinhança e parentesco, e as casas são erguidas ao lado umas das outras, compartilhando áreas comuns e espaços.

Está certo que isso cria certa promiscuidade; mas cria também sistemas de proteção coletiva. Assim, donos de terrenos, cercados por parentes, poderão começar a plantar. Mas como o plantio exige, além da terra própria, muita dedicação, só vão se tornar agricultores urbanos depois de cumprir uma vida inteira de trabalho, quando já estão aposentados ou perto da aposentadoria, quando já são donos do seu tempo. E, como os homens são fisicamente mais frágeis, ficam muito estropiados pelo trabalho pesado ou morrem ainda na entrada da meia idade, logo no começo da aposentadoria, a maioria dos agricultores urbanos são mulheres.

São elas, em maioria, que sobrevivem aos maridos e podem retornar às práticas da infância, adolescência e juventude quando já estariam relegadas a cuidar dos netos e da casa. E, então, quase sempre já idosas, plantam como aprenderam: empregando técnicas tradicionais de manejo da terra, usando os recursos da natureza, redescobrimo o conhecimento guardado nas memórias e nas mãos que fazem do escasso solo urbano a terra prometida que lhes foi negada a vida inteira.

Além disso, plantam para o consumo da família. Por isso não gostam de usar sementes compradas, adubos químicos ou venenos. Querem, quase sempre, uma agricultura sem ve-

nenos e sadia – que consideram ser a mesma coisa –, um cultivo que comungue com o trato da terra que aprenderam na infância. No entanto, como não podem reconstruir toda a técnica material necessária para a produção apenas com os recursos da pequena área urbana, usam as viagens de recreio para visitar parentes na terra natal ou aproveitam as viagens dos amigos para encomendar mudas e sementes, para atualizar técnicas de conservação das plantas, renovar o conhecimento das plantas de finalidades medicinais e enriquecer as técnicas que aprenderam na infância.

Dessa forma, grande parte da agricultura urbana se inspira num aprendizado de produção que antecede à Revolução Verde. É uma agricultura que usa os recursos da terra, praticada em grande parte por pessoas idosas, conduzida na maioria das vezes por mulheres, com o propósito de prover a própria família. Curiosamente, é entre a população urbana, que viveu o enfrentamento mais bruto da tomada de terras, que há mais tempo se enraizou na cidade e se acostumou com as *novelinhas* da tarde e o movimento cotidiano do bairro, que se encontra a maior força da agricultura tradicional, que se conservam as práticas costumeiras da lida da terra e dos recursos.

Mas essa é, também, uma agricultura de trocas. Em geral, os migrantes de uma mesma origem tendem a se estabelecer num mesmo bairro. O estudo feito em Montes Claros mostrou que os agricultores que saíram de determinado conjunto de municípios próximos costumavam se fixar num mesmo conjunto de bairros, replicando na cidade maior o aglomerado de raízes comuns, parentesco, conhecimento e identidade, onde haveria segurança e proteção. E, assim, quando podem enfim retornar à agricultura, os agricultores urbanos inserem seu plantio nessa rede de trocas sociais e simbólicas.

**Os alimentos que saem dos quintais agroecológicos urbanos vão então circular em meio a conterrâneos e parentes, como dádivas trocadas, pois os alimentos são distribuídos nos mesmos circuitos em que trocam informações sobre empregos, com a mesma lógica em que se protegem uns aos outros, pelos mesmos motivos que se tornam compadres e comadres, com a mesma frequência que se apoiam nas dificuldades financeiras. E assim uns cedem alimentos colhidos nas lavouras urbanas aos outros, fornecem essências das hortas de plantas medicinais, e esses alimentos e essências são cobiçados por-**

**que foram produzidos nessa mesma rede de valores e por isso são considerados sadios, fortes e valiosos – da mesma maneira que as tantas outras trocas que circulam para legitimar essas redes.**

### **Técnicas e saberes adaptados**

Os quintais desses agricultores urbanos exibem uma espantosa diversidade biológica. É muito frequente que em áreas inferiores a 30 metros<sup>2</sup> existam 60 ou mais espécies de plantas e em muitas variedades. Nos quintais de plantas medicinais, os agricultores conseguem ainda mais resultados: colocam em áreas minúsculas uma farmacopeia que serve a toda a família e a toda a vizinhança. Os agricultores urbanos de Montes Claros aproveitam a diversidade de recursos encontrada no município, adaptando cultivos de gerais para a mata e da mata para o cerrado. Descubrem também novos potenciais em velhos cultivos ao trocarem mudas e sementes com vizinhos, que por sua vez se reabastecem na terra natal. Já aqueles que recebem novidades se encarregam de exportar para suas áreas rurais de origem. A cidade acaba por se transformar num espaço antes inimaginável: um ponto de trocas de produtos tradicionais, que vão e voltam ao campo, integrando, filtrando e distinguindo técnicas próprias para o cerrado, a mata seca, os gerais e os campos de altitude.

No entanto, a diversidade e a variedade dos cultivos dependem de um fator essencial para o agricultor tradicional: a qualidade da terra. Como os solos de Montes Claros são bem diferentes entre si, muitos dos agricultores urbanos mudam de bairro ou do local em que moravam no mesmo bairro para buscar as melhores áreas de plantio, aquelas que se parecem com as terras que registraram nas lembranças. Como escolhem o que plantar e o tanto que podem plantar a partir do tipo de terra, acabam fazendo uma rica avaliação etnopedológica das áreas urbanas, percorrendo a cidade em busca dos solos e recursos mais favoráveis.

Preferem, sobre todas elas, aquela que denominam *terra preta*: uma terra oleosa, *gorda*, solta, mas *pegagenta*, própria das beiras de água, sem minhocas, que responde muito bem à *molhação* e dá um retorno extraordinário na produtividade dos cultivos. Tomando a terra preta e a terra vermelha de chapada como extremos da boa e má qualidade, fazem uma cartografia das áreas urbanas que são ou não propícias para a agricultura. A beira do rio Vieira, que corta toda a cidade, não presta: é terra dura e com muita minhoca; mas são muito boas as terras dos altos das vazantes desse rio. A melhor terra está na região conhecida como Melancia, o lugar por excelência da terra preta. Na Abóbora também a terra é muito boa. Nas beiras do rio do Cedro, a terra preta fica nos altos, enquanto a terra vermelha está nos baixios. Também não é considerada boa a da região da Lagoa do Português, pois trata-se de terra vermelha, com muita minhoca.

Há um consenso entre todos os agricultores urbanos: as melhores terras de Montes Claros ficam nos bair-





ros Morada do Sol e Todos os Santos, mas os dois são habitados por gente endinheirada. As piores terras ficam em Morrinhos, no centro da cidade e no Maracanã. Consideram que a terra fica desperdiçada nos bairros de gente rica, porque ninguém planta. Já nos Morrinhos, não dá para plantar, porque é área de ocupação muito antiga e terra muito ruim. Mas Maracanã é outro caso: bairro de ocupação recente, com muitos lotes vagos, não construídos e ainda em parte uma espécie de fronteira urbana, recebe em maioria migrantes dos municípios de Coração de Jesus e Claros dos Poções, com solos de características muito semelhantes. Então, esses migrantes quando podem se tornar agricultores urbanos também não os estranham, porque já conhecem aqueles solos e recursos e os cultivam como num retorno à juventude.

Embora nem sempre se adaptem bem aos solos do bairro, não é certo que seja possível mudar de local. Por isso, criam técnicas para aumentar a fertilidade. Como é muito difícil conseguir esterco de gado bovino para fertilizar o solo, usam com frequência o esterco dos cavalos. Nisso são providos pelos carroceiros. Usam o esterco seco ou o queimam para evitar o cupim ou ainda o misturam com palha de milho picada

para fazer um composto que aumenta seu rendimento. Reciclam o lixo orgânico e degradável, misturam com esterco de cavalo e porções de terra preta e assim aumentam a fertilidade dos solos mais fracos. Entre esses agricultores circula uma receita para produzir a terra para horta: cinco porções de terra preta, duas de terra vermelha, uma de areia de chapada e duas de cinza.

Da mesma maneira que agricultores tradicionais de áreas rurais, esses agricultores urbanos usam bioindicadores. Muita minhoca indica terra imprópria para plantio; enquanto que a presença de cupim é considerada positiva. Angico, cedro, assa-peixe e capim colônia nos lotes são sinais de terra boa para cultivo. Já o solo empedrado do toá, cagaita e pequizeiro indicam terras piores. E a partir desses indicadores a paisagem urbana é relida. Muitos agricultores urbanos se guiam por esses parâmetros para procurar os lotes que querem, para trocá-los ou aceitar parcerias.

E, como no rural, praticam o agroextrativismo urbano. Sabem onde estão os frutos nativos e recursos aproveitáveis, como minas de terra preta, argila, tabatinga, umbuzeiros e pequi. E, se uma terra tem pouca serventia para cultivo, servirá para reboco ou para uma mistura com outra terra,

criando um substrato melhorado. As famílias coletam nas ruas o esterco de cavalo e, seja seco ou queimado, o filtram com água para usar nas plantas. Elas recolhem nos lotes vagos a entrecasca do juá para fazer sabão, que é bom para a pele e o cabelo. Usam a própria arborização urbana para recolher a folha nova de barriguda, que é picada, embebida e cozida no caldo de galinha: misturada com fubá resulta num angu primoroso. E assim a cidade é relida, como se voltasse ao tempo dos gerais, cerrados e matas. Hoje é coberta de casarios, carros, prédios, normas e ruas, mas segue povoada pelos mesmos e vivos costumes do povo do Norte de Minas Gerais.

**Eduardo Magalhães Ribeiro**  
economista, professor associado do  
ICA/UFMG  
eduardomr@pq.cnpq.br

**Giliarde de Souza Brito**  
assistente social  
giliardebrito@hotmail.com

**Flávia Maria Galizoni**  
antropóloga, professora adjunta do  
ICA/UFMG  
flaviagalizoni@yahoo.com.br

**Hélder dos Anjos Augusto**  
administrador, professor adjunto do  
ICA/UFMG  
matacuane@gmail.com

### Referências bibliográficas:

- BRITO, G.S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimento agroecológico**: o caso de Montes Claros, Minas Gerais. Dissertação (mestrado). ICA/UFMG, 2011.
- LUZ, C.; DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA/Rede Cerrado, 2000.
- PAULA, H. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1957.
- RIBEIRO, E.M. **História dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



# Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável

Lorena Anahi Fernandes da Paixão  
Marcelo Oliveira de Almeida

Vista do Ribeirão do Onça e do bairro Ribeirão de Abreu



**A** cidade de Belo Horizonte está inserida na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, um dos maiores afluentes do Rio São Francisco. Duas sub-bacias atendem à cidade: a do Ribeirão Arrudas e a do Ribeirão Onça, sendo o segundo o principal curso d'água que separa as regiões norte e nordeste do município e também o maior poluente do Rio das Velhas. Este texto trata das iniciativas desenvolvidas por algumas famílias de bairros localizados na parte baixa da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, chamada de Baixo Onça, que demonstram a importância de incorporar a agricultura no planejamento das ações de melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades.

A região do Baixo Onça é uma zona de ocupação recente na capital mineira. Trata-se de uma das mais novas frentes de expansão do município, um espaço que, nas últimas décadas, cresceu de forma rápida e precária. A grande desigualdade social e econômica entre os habitantes de Belo Horizonte se expressa nas condições dos bairros da região, que se deterioraram ainda mais em função dos sérios problemas de infraestrutura, como limitações nos serviços de transporte, falta de vias de acesso e tráfego entre bairros e ocupação irregular em áreas de risco às margens do Ribeirão Onça. Muitos(as) moradores(as) se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, com dificuldades de acesso ao trabalho formal, baixa renda e elevado índice de vulnerabilidade à saúde. O alto grau de poluição verificado no Ribeirão Onça é responsável pela precarização das condições de vida das famílias que habitam as suas margens, deixando-as vulneráveis às frequentes enchentes, doenças e outros problemas sociais decorrentes da degradação ambiental, da intensa urbanização e das atividades industriais.

## Deixem o Onça Beber Água Limpa

Em 2007, buscando enfrentar esses desafios, o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (Comupra)<sup>1</sup> iniciou um trabalho à frente do movimento *Deixem o Onça Beber Água Limpa*. Na concepção do Comupra, o Ribeirão Onça é um eixo que liga todas as comunidades da região e, sendo assim, a qualidade do curso d'água reflete a qualidade de vida das pessoas. O movimento abrange mais de 10 bairros do Baixo Onça e conta com a participação de mais de 50 entidades da sociedade civil e do poder público. Essas organizações atuam em parceria, construindo estratégias de revitalização ambiental e social da região.

Entre as propostas voltadas para promover as transformações socioambientais e garantir os direitos da população, estão as atividades de agricultura urbana. Mesmo num con-

texto de alta vulnerabilidade socioambiental, moradores(as) lançam mão dos recursos disponíveis localmente e ocupam diferentes tipos de espaços para produzir e beneficiar produtos agrícolas e animais. O interesse e o conhecimento dos(as) moradores(as) dessa região sobre as técnicas de cultivo, coleta e uso das plantas podem ser associados ao fato de que a maioria dessas pessoas vieram de cidades do interior onde praticavam agricultura. Com criatividade, adaptam seus conhecimentos ao contexto local, com destaque para as experimentações de plantio em pequenos espaços. As áreas utilizadas diferem bastante entre si, seja no tamanho, nas características do relevo ou no regime de propriedade (público ou privado).

**A exemplo do que acontece em outras cidades, na região do Baixo Onça a maioria das práticas de agricultura são espontâneas e individuais, realizadas principalmente no âmbito doméstico. No entanto, quando inseridas em redes locais e dinâmicas comunitárias, amplia-se a capacidade de otimização dos recursos, de convergência de ações e de construção de propostas coletivas para reivindicar os direitos que não vêm sendo garantidos e incidir na elaboração de políticas e programas públicos.**

Em 2009, a partir do diálogo entre a organização não governamental Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), o Comupra, os(as) agricultores(as) urbanos(as) e as organizações de apoio à agricultura no Baixo Onça, intensificou-se o planejamento coletivo das ações a serem desenvolvidas na região, assim como o trabalho de fortalecimento das práticas agrícolas que já existiam e a implementação de novas experiências.

Desde então, são conduzidas ações de qualificação dos sistemas produtivos individuais (quintais) e coletivos (grupos comunitários), por meio do acompanhamento que incorpora elementos formativos, organizativos e técnicos, baseados nos princípios da Agroecologia. As atividades de assessoria compreendem momentos específicos com cada grupo e momen-

<sup>1</sup> O Comupra é uma associação comunitária sediada no bairro Ribeiro de Abreu, localizado na parte baixa da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça.



Antes: mutirão de preparação da área para iniciar a horta comunitária do Grupo Frutos da União, no bairro Conjunto Ribeiro de Abreu

tos coletivos, que visam à troca de experiências e de conhecimentos entre os(as) agricultores(as) e técnicos(as). Entre as atividades coletivas, destacam-se as oficinas, os mutirões, os intercâmbios e os cursos, além dos encontros *Saberes e Sabores*, realizados trimestralmente com a participação de organizações locais, grupos produtivos e famílias, no intuito de avaliar e planejar as ações de agricultura urbana na região.

**Nos últimos anos, 60 famílias se organizaram em oito grupos produtivos na região do Baixo Onça e, estando inseridas em dinâmicas coletivas, produzem alimentos agroecológicos. Estima-se que outras 300 pessoas se beneficiam diretamente do trabalho, por meio da participação pontual em atividades ou da compra de alimentos frescos e saudáveis.**

### **As várias funções da agricultura na cidade**

No Baixo Onça, são múltiplas as motivações que levam as pessoas a praticarem agricultura urbana, sendo os seus efeitos percebidos em diversas dimensões da vida social. A seguir, descrevemos os resultados e avanços mais expressivos da agricultura urbana na região.

### *Organização popular e articulação em rede*

O fato de as atividades de agricultura urbana serem realizadas com o apoio e o envolvimento de diversos parceiros locais, sobretudo no âmbito do movimento *Deixem o Onça Beber Água Limpa*, proporciona a agricultores e agricultoras a oportunidade de (re)conhecimento e participação em ações relacionadas a outras temáticas, como segurança, habitação, esporte, lazer e cultura. Esse contexto favorece que as pessoas exercitem um olhar crítico da realidade, identificando os desafios e os potenciais que seu território possui para o desenvolvimento local sustentável.

Além das parcerias e articulações firmadas na região, os(as) agricultores(as) do Baixo Onça estabeleceram dinâmicas coletivas de maior abrangência, por meio da participação na Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU).<sup>2</sup> Já nos âmbitos estadual e nacional, participam frequentemente de eventos, seminários, conferências, encontros e intercâmbios que abordam temáticas como Agroecologia, agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, combate ao uso de agrotóxicos, economia popular e solidária, gênero, dentre outras que estão relacionadas com suas práticas diárias.

### *Saúde e segurança alimentar e nutricional*

No campo da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, constata-se que a diversificação dos cultivos nos quintais e nos sistemas produtivos coletivos, assim como as mudanças nos hábitos alimentares e a produção alimentar, proporcionam às famílias o acesso a uma maior diversidade de alimentos – e, conseqüentemente, de nutrientes e vitaminas –, além de contribuir para a diminuição

<sup>2</sup>Ver artigo sobre AMAU na página 23





Depois: horta comunitária do Grupo Frutos da União após os cultivos

ção do consumo de produtos contaminados por agrotóxicos.

A diversidade de espécies cultivadas na região pôde ser verificada com a realização, durante o ano de 2011, de um trabalho de monitoramento da produção de 19 experiências, sendo 16 quintais e três grupos produtivos. O monitoramento permitiu, por amostragem, identificar quais são as principais culturas existentes no Baixo Onça, quantificar o volume da produção de cada uma delas e os principais destinos dessa produção, ressaltando a diversidade cultivada nos quintais e grupos estudados: 26 espécies de folhosas, principalmente couve, cebolinha, salsa, alface e mostarda; 33 espécies de legumes, com destaque para tomate, chuchu, pimenta, abobrinha e quiabo; 35 espécies de frutas, principalmente mexerica, lima, maracujá, banana e limão; 71 espécies de plantas medicinais; e 6 espécies animais (gado bovino, galinha, peru, patos, codornas e peixes).

Vale ainda destacar a função terapêutica que a prática da agricultura desempenha, pois são frequentes os relatos de pessoas que afirmam que mexer com a terra e com as plantas ajuda no combate à depressão e ao estresse. Além disso, de acordo com os de-

poimentos dos(as) moradores(as), a participação nas atividades de formação, nos intercâmbios e nos momentos de trocas de experiências é muito importante para valorizar o seu conhecimento e elevar a autoestima.

**Também é possível perceber o efeito da agricultura urbana na sociabilidade de quem se envolve com o trabalho. Frequentemente, as pessoas, principalmente as mulheres, alegam que mudaram o seu comportamento tanto no âmbito familiar quanto no comunitário, deixando de lado a timidez e passando a se posicionar e se expressar em público com mais facilidade.**

#### *Relações sociais de gênero*

Outra constatação sobre as atividades de agricultura urbana desenvolvidas na região refere-se à participação predominante das mulheres. Dessa forma, a agricultura urbana se mostra uma importante ferramenta de mobilização, uma vez que estabelece um diálogo direto com sua prática diária e amplia as possibilidades de fortalecer o protagonismo das mulheres em espaços coletivos e políticos, ao mesmo tempo em que proporciona a reflexão sobre a divisão dos papéis assumidos por homens e mulheres na vida social.

Nos quintais e grupos produtivos em que elas estão à frente, os cultivos mais comuns são de plantas medicinais e frutas. Avalia-se que dois fatores são determinantes para essa predileção: as mulheres são as principais responsáveis pela alimentação e saúde de suas famílias; e o manejo de frutas e plantas medicinais, comparado ao da produção de hortaliças folhosas, por exemplo, é mais fácil e demanda menos tempo de dedicação, já que muitas dessas mulheres acumulam outros trabalhos. Diante dessa situação, destacam-se as ações de qualificação do

manejo nas *farmácias vivas* e as oficinas de boas práticas de preparação de remédios caseiros com o beneficiamento de plantas medicinais.

#### *Geração de renda*

O principal destino da produção agrícola no Baixo Onça é o autoabastecimento das famílias. No entanto, verifica-se que muitos alimentos são doados, trocados e comercializados na região. Além da renda indireta proporcionada pela redução da quantidade de alimentos comprados no comércio, a venda dos produtos da agricultura urbana tem sido importante para a complementação da renda das famílias e para a sustentabilidade financeira de alguns grupos produtivos, que frequentemente têm gastos com manutenção e aquisição de ferramentas e equipamentos. A comercialização acontece nas hortas e quintais, de porta em porta (com carrinho de mão) e por encomenda, principalmente para os(as) moradores(as) do entorno de onde os

alimentos são produzidos, beneficiando essas famílias com produtos agroecológicos, frescos e de qualidade.

Desde o final de 2011, o grupo *Frutos da União* e o *Coletivo de Quintais* têm experimentado uma nova forma de comercialização, fornecendo alimentos para a *Rede de Produção e Consumo Terra Viva*. A Rede Terra Viva busca organizar a produção, a compra, a venda e a troca de produtos agroecológicos e da economia popular e solidária, promovendo assim a aproximação entre grupos de consumidores(as) e grupos de produtores(as) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

#### *Qualificação ambiental*

A transformação de áreas abandonadas, utilizadas para descarte de lixo e entulho, em espaços produtivos, com o cultivo de alimentos e plantio de mudas de árvores, é outra iniciativa presente no Baixo Onça que contribui para a melhoria do ambiente local. Esse foi o motivo que impulsionou o *Grupo Bem-me-quer: passa fome quem quer*, composto integralmente por mulheres, a trabalhar com agricultura urbana no bairro *Conjunto Paulo VI*. Uma área pública no fundo de suas casas estava com grande acúmulo de lixo e entulho, o que favorecia a proliferação de ratos e insetos vetores de doenças e era alvo de constantes queimadas, colocando em risco a estrutura das residências. Por meio de mutirões, o grupo realizou um trabalho de limpeza, cercamento e plantio de árvores frutíferas e hortaliças, contornando a incômoda situação.

Além das ações de caráter produtivo, os(as) agricultores(as) urbanos(as), individual ou coletivamente, desenvolvem atividades de qualificação ambiental em áreas públicas da região, como limpeza de lotes baldios que acumulam lixo e entulho; plantio de árvores em áreas degradadas e na beira do rio; revitalização de jardins; e preservação de nascentes d'água.



Cachoeira do Ribeirão Onça localizada no bairro Ribeiro de Abreu





Acima: Feira de trocas realizada durante o Encontro Saberes e Sabores

Ao lado: Curso de boas práticas na produção, manejo e beneficiamento das plantas medicinais



em vários obstáculos que dificultam a consolidação e a ampliação dos trabalhos com agricultura urbana na região. Citamos abaixo os principais:

- *Acesso à terra (espaços produtivos) e aos recursos naturais*

Os(as) agricultores(as) que desenvolvem suas atividades agrícolas em áreas públicas ou em locais privados cedidos pelos proprietários geralmente não possuem nenhuma garantia de permanência nesses espaços, ficando dependentes da boa vontade dos donos ou responsáveis pelos terrenos. Na região do Baixo Onça, há vários casos de grupos produtivos que se desmobilizaram devido à impossibilidade de continuar a produzir em espaços públicos, como escolas, creches, centros de saúde e vazios urbanos (áreas onde não se pode construir, como num canteiro central, debaixo de redes elétricas, etc.). Outro desafio relativo ao acesso e à garantia da terra é a redução acelerada dos espaços agricultáveis na região, devido à expansão urbana e ao aumento da população, ocasionado pela expulsão de pessoas de baixa renda das áreas centrais para as áreas periféricas do município.

Assim como em outras regiões de Belo Horizonte, os recursos naturais disponíveis no Baixo Onça estão a cada dia mais escassos, e os fragmentos de vegetação nativa que ainda existem não são manejados adequadamente por seus proprietários (seja o Estado ou particulares) e estão ameaçados pela expansão urbana.

A adoção de práticas agroecológicas nos sistemas produtivos e as intervenções realizadas nas áreas públicas também proporcionam a manutenção da biodiversidade; o uso responsável dos recursos naturais; a vitalidade do solo; o cuidado e o reaproveitamento da água; a regeneração de áreas degradadas; a permeabilidade do solo; o controle de pragas e animais vetores de doenças; e o aproveitamento de resíduos orgânicos para a produção de compostos e alimentação dos animais, evitando que esse resíduo seja destinado aos aterros sanitários.

### Desafios enfrentados

Apesar de os avanços observados serem bem significativos, os agricultores e agricultoras do Baixo Onça esbarram

- **Comercialização**

Manter o volume e a constância da produção tem sido um dos desafios encontrados pelos agricultores e agricultoras do Baixo Onça para fazer da comercialização uma fonte de renda estável, uma vez que é preciso que os grupos e famílias tenham uma produção certa e regular para vender em pontos fixos e canais de comercialização permanentes.

Para comercialização dos produtos em outras regiões do município, a exemplo do que acontece por meio da Rede de Produção e Consumo Terra Viva, a principal dificuldade enfrentada pelos(as) agricultores(as) está relacionada ao transporte, uma vez que a rede não dispõe de um sistema de recolhimento dos produtos.

- **Rotatividade do público**

Outro desafio encontrado pelas famílias para o fortalecimento da agricultura urbana na região se refere ao afastamento das pessoas das atividades, mesmo contra a própria vontade. São diversos os motivos atribuídos a esse fato, como a dinâmica de ingresso/saída no mercado de trabalho; a necessidade de dedicar mais tempo e cuidado a outras atividades e funções (lar, doença, filhos, gravidez, etc.); problemas de saúde; impossibilidade de continuar a plantar em determinada área; dentre outros.

A rotatividade do público compromete o trabalho, uma vez que dificulta a implementação de processos sociais que levam mais tempo para obter efeitos. Além disso, é comum a saída de pessoas que acumulam conhecimentos e que desempenham um importante papel de mobilizadoras e incentivadoras do trabalho. Para tentar contornar essa situação no Baixo Onça, a assessoria aos grupos e famílias que desejam obter renda por meio da agricultura urbana tem buscado fazer com que essas pessoas tenham na prática agrícola uma opção que garanta a sua permanência na atividade de sua escolha.

## **Considerações finais**

**Os efeitos positivos das ações de agricultura urbana desenvolvidas no Baixo Onça têm animado e despertado o interesse de vários(as) moradores(as) e organizações na região. Entretanto, para consolidar as iniciativas que já existem e ampliar para outras áreas, é necessário continuar buscando formas de garantir às famílias e grupos pro-**

**dutivos assessoria técnica, na perspectiva da Agroecologia; acesso e segurança de permanência nos espaços de produção; e apoio na capacitação e gestão dos grupos e organizações.**

**A dificuldade de acesso às poucas políticas e programas públicos que apoiam as práticas de agricultura urbana é outro grande desafio encontrado pelas famílias e organizações da região do Baixo Onça. Devido à relação dessas práticas de agricultura com diferentes setores do planejamento urbano (saúde, meio ambiente, abastecimento, trabalho, cultura, educação), faz-se necessário que os governos compreendam e considerem essa complexa intersectorialidade para atender as demandas e potencialidades específicas de cada região. Nesse sentido, é importante garantir a participação da sociedade civil nos espaços de construção e monitoramento das políticas, para que estas sejam elaboradas de acordo com a realidade vivenciada pelas famílias e grupos.**

**Lorena Anahi Fernandes da Paixão**

técnica da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
lorena@rede-mg.org.br

**Marcelo Oliveira de Almeida**

técnico da Rede Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
marcelo@rede-mg.org.br





Fotos: Arquivo AMAU

Hortas integram e embelezam a paisagem urbana

# Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte<sup>1</sup>

Daniela Adil Oliveira de Almeida  
Lídia Maria de Oliveira Morais  
Lorena Anahi Fernandes da Paixão

## ○ início da caminhada

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de Belo Horizonte (Amau) é um coletivo composto por grupos comunitários informais, associações comunitárias, movimentos sociais de luta pela terra, por moradia movimento feminista, grupos de permacultura e alimentação saudável, empreendimentos de economia solidária, pastorais sociais, redes,

ONGs e estudantes. A articulação foi formada em 2001, a partir do exercício de identificação de experiências de agricultura urbana e segurança alimentar na região. Essa iniciativa foi realizada pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alterna-

<sup>1</sup> Parte da discussão apresentada neste texto pode ser encontrada, numa versão anterior, em Almeida (2011).





Dinâmica de acolhimento realizado durante o Encontro da AMAU – Ervanário São Francisco / Sabará

tivas (Rede)<sup>2</sup> em um contexto favorável de reconhecimento institucional das práticas de segurança alimentar desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de diagnósticos e encontros promovidos pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSans) e pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Consea-MG). Esse contexto revelou a importância de se aprofundar a discussão sobre a agricultura na região metropolitana de Belo Horizonte, resultando, em 2004, na criação da Amau como espaço espontâneo e permanente de encontro, diálogo e auto-organização dos grupos envolvidos com as práticas de agricultura urbana.

**São objetivos da Amau: a) apoiar as iniciativas populares e fortalecer a organização das(os) agricultoras(es) da região metropolitana de Belo Horizonte; b) dar visibilidade às experiências de agricultura existentes na região, mostrando a diversidade de atividades e espaços, bem como suas diferentes funções; c) aprofundar o debate político com diferentes setores da sociedade civil, do poder público e da academia sobre a integração campo-cidade, o papel da agricultura em regiões metropolitanas e sua relação com a construção de outro projeto de desenvolvimento.**

<sup>2</sup> Organização não governamental criada em 1986, que atualmente promove a Agroecologia em comunidades rurais do Leste de Minas, em comunidades urbanas de Belo Horizonte e de alguns municípios da região metropolitana.

## A organização e as ações da Amau

As atividades realizadas pela Amau são viabilizadas a partir do engajamento e da mobilização de recursos financeiros de seus participantes e, eventualmente, de alguns apoios pontuais. Sua dinâmica se dá por meio de encontros periódicos itinerantes entre os locais onde se encontram as experiências da agricultura urbana, conciliando em sua programação momentos voltados para a execução de práticas, trocas de conhecimento e formação política. Também nesses encontros são definidas as ações coletivas, como visitas técnicas, oficinas, intercâmbios, mutirões e participação em feiras e eventos. Outra linha de ação é a participação em espaços de construção de políticas públicas de agricultura urbana ou temáticas afins. Para tanto, a Amau se faz representar em redes e fóruns da sociedade civil, bem como em conselhos e conferências dedicadas a temas relacionados ao campo agroecológico, à promoção da segurança alimentar, à organização das mulheres e à economia solidária.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Amau realizou três encontros que permitiram avançar na identificação de novas iniciativas, consolidando um



espaço de troca de experiências e fundamentando o ambiente sociopolítico para as reflexões sobre as políticas públicas de promoção da agricultura urbana. Entre 2009 e 2010, várias ações foram realizadas, merecendo destaque a organização de processos de formação voltados para agricultoras(es), lideranças sociais, gestores públicos e estudantes universitários que abordaram dimensões políticas, teóricas, metodológicas e tecnológicas da agricultura urbana. Tais atividades de caráter formativo chegaram a envolver mais de 200 participantes e contribuíram para a implementação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Caup/RMBH)<sup>3</sup>.

As ações promovidas pela Amau entre fevereiro de 2010 e junho de 2012, como a realização de 13 encontros presenciais, contaram com a participação de representantes de cerca de 30 iniciativas de agricultura urbana de oito municípios da região metropolitana.<sup>4</sup> Como resultado dessas atividades, houve avanços na dinâmica de funcionamento e aprofundamento da discussão política sobre o tema da agricultura urbana. Foram também criadas cinco comissões de trabalho: (1) agrobiodiversidade; (2) produção, comercialização e consumo; (3) auto-organização das mulheres; (4) plantas medicinais; (5) e articulação política. Para cada comissão, foi escolhido um grupo animador. O conjunto de animadores(as) das comissões forma a coordenação ampliada, que tem por função organizar os encontros e as demais atividades, bem como garantir que os encaminhamentos definidos sejam efetivados.

### Diversidade de espaços e saberes: construindo identidades e uma pauta política

As iniciativas articuladas pela Amau dão uma mostra explícita de que a agricultura é uma realidade bastante viva na região metropolitana de Belo Horizonte,

<sup>3</sup> Os Centros de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (Caups) integram as ações de descentralização nas regiões metropolitanas da Política de Agricultura Urbana e Periurbana coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Na região metropolitana de Belo Horizonte, o Caup teve sua implantação viabilizada por meio de um convênio do MDS com o Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter-MG), em 2008.

<sup>4</sup> Belo Horizonte, Betim, Contagem, Funilândia, Nova Lima, Nova União, Ribeirão das Neves e Sabará.

dentro e no entorno das cidades. Ela é realizada em espaços privados – tanto familiares como institucionais – e públicos. Nas zonas rurais dos municípios, a produção é encontrada em assentamentos de reforma agrária, em propriedades de agricultores(as) familiares e em comunidades quilombolas. A agricultura desenvolvida nessas áreas abrange, entre outras práticas agrícolas, a produção e o beneficiamento de hortaliças, verduras e grãos; a criação de animais de pequeno, médio e grande porte; e a produção, o extrativismo e o beneficiamento de plantas medicinais. Essa variedade de espaços e práticas corresponde à pluralidade de identidades e sujeitos que têm em comum o envolvimento e a dedicação à agricultura, mas que, em muitas situações, não a têm como ocupação principal e nem mesmo se reconhecem como agricultoras(es) urbanas(os).

Pesquisa realizada em 2010 pelo Caup-RMBH traçou um perfil socioeconômico das(os) agricultoras(es) envolvidas(os) em 24 experiências de agricultura urbana na região. Das 116 pessoas entrevistadas, apenas 3% declararam exercer uma ocupação principal em tempo integral; 61% informaram ter um ou mais trabalhos esporádicos ou de



Planejamento das atividades da Amau





Encontro da Amau na horta comunitária da Vila Santana do cafezal – Serra

tempo parcial; e 36% apresentaram-se como agricultores(as). Identificou-se também a preponderância da baixa escolaridade entre os participantes da pesquisa, sendo que mais de 60% das(os) agricultoras(es) não cursaram o ensino médio. Das respostas obtidas pelo questionamento relativo à renda familiar, 87,6% declararam receber abaixo de um salário mínimo. Além disso, 69% das famílias entrevistadas apresentaram algum grau de insegurança alimentar, sendo que, entre aquelas em que há moradores menores de dezoito anos, o índice é ainda maior (BRASIL, 2011).

A dura realidade social e as condições adversas enfrentadas por essas famílias contrastam com a riqueza de saberes observada nas experiências agrícolas que desenvolvem em suas casas e comunidades. A memória da origem rural pode ter como referência uma experiência camponesa ou de agricultura familiar ou uma vivência em que já predominava o modelo da Revolução Verde ou do agronegócio, marcado por conflitos agrários, mudanças nas técnicas de produção e na relação com os recursos naturais e com a própria alimentação e saúde. Entretanto, essas práticas não devem ser consideradas meras reproduções de hábitos e modos de vida de migrantes rurais nas cidades, pois revelam o potencial inventivo e interpretativo da realidade das(os) agricultoras(es). É também importante considerar que, a cada dia, moradoras(es) urbanas(os) de diferentes classes sociais que nunca tiveram uma vivência anterior no campo têm interesse e passam a se dedicar às práticas

agrícolas, a partir do acesso a livros, de informações da mídia e da inserção em processos de formação e capacitação em Agroecologia promovidos por organizações sociais ou instituições governamentais. A maioria das experiências tem em comum o protagonismo de mulheres que, embora desempenhem um papel importante nos cuidados com a segurança alimentar e a saúde da família e da comunidade, ainda têm que superar barreiras para a atuação no espaço público. Apesar disso, elas vêm se destacando como educadoras em suas comunidades e hábeis interlocutoras em fóruns políticos, dando visibilidade à importância dos trabalhos domésticos realizados pelas mulheres e aos desafios para promover sua autonomia financeira e sua inserção no mercado de trabalho.

Nos encontros e atividades realizados pela Amau, observa-se uma disposição para conviver com a diferença, esclarecer o que une e o que separa cada organização, a partir de uma compreensão comum da prática da agricultura urbana como forma de autoafirmação criativa. Trata-se ainda de uma resistência à homogeneização de modos de vida e à imposição de ritmos e padrões de consumo nas metrópoles contemporâneas. A promoção da agricultura urbana se torna assim um instrumento possível para a organização de uma população historicamente marginalizada nas cidades, para a construção de identidades coletivas entre agricultoras(es) e para seu reconhecimento perante o conjunto da sociedade e dos formuladores de políticas.



Dentre os desafios identificados, destacamos o alto valor da terra e dos impostos territoriais, a especulação imobiliária, a crescente incorporação das áreas rurais às zonas urbanas, a pressão para a construção de novas unidades habitacionais nos vazios urbanos e a degradação e a contaminação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e ar). Também constituem fatores desfavoráveis a ainda pouca presença de organizações de base e outras instituições relacionadas à agricultura nos centros urbanos, além das restrições para as(os) agricultoras(es) urbanas(os) acessarem as políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

**No final de 2011, fruto do amadurecimento de todo esse processo, a Amau elaborou um documento em que afirma que o movimento pela agricultura urbana baseada nos princípios da Agroecologia é um campo possível de convergência de organizações do campo e da cidade que buscam fortalecer a organização popular, especialmente a auto-organização das mulheres, e ter uma incidência política a partir da articulação de ações cotidianas. Esse documento expressa os aspectos comuns das agendas de diferentes movimentos – como o feminista, os de reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária e soberania e segurança alimentar –, registrando as questões prioritárias para uma pauta política única voltada para o fortalecimento das práticas agroecológicas na região metropolitana de Belo Horizonte.**

Os pontos de destaque são: 1) acesso à terra; 2) acesso aos recursos naturais (água e biodiversidade); 3) assessoria técnica com enfoque agroecológico, popular e de gênero; 4) organização de base e auto-organização das mulheres; 5) formação política e capacitação técnica; 6) fomento para ampliação da produção agroecológica; 7) apoio ao escoamento e à comercialização da produção; 8) apoio à disseminação e à consolidação das experiências, considerando as múltiplas funções da agricultura urbana; 9) apoio a iniciativas de comunica-

ção popular; e 10) realização de pesquisas sobre a agricultura urbana e Agroecologia na região.

## **A institucionalização e as políticas públicas de agricultura urbana**

A Amau participou da construção de políticas públicas nas três esferas federativas e foi reconhecida como um espaço legítimo de realização de ações e intervenção política relacionadas à agricultura urbana, especialmente pelos resultados dos processos de formação política das(os) agricultoras(es) e pelo envolvimento de diferentes atores da sociedade civil. Nesse cenário, é importante considerar quais as implicações e os desdobramentos dessa recente e crescente institucionalização da agricultura urbana para as práticas populares e o alcance da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.

Desde 1996, quando o tema da agricultura urbana começou a merecer maior reconhecimento oficial,<sup>5</sup> podem ser citados exemplos de iniciativas de institucionalização de políticas nessa área nas três esferas de poder do Estado brasileiro. Como iniciativas de prefeituras de Minas Gerais, destacam-se políticas como o Centro de Vivência Agroecológica (Cevae), em Belo Horizonte (1995), e o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (Cmauf), em Contagem (2010). No âmbito estadual, ressaltamos a aprovação (2006) e a regulamentação (2008) da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (Peau), bem como a criação da Coordenadoria de Agricultura Urbana vinculada à Subsecretaria de Agricultura Familiar do governo do estado (2011). No plano federal, o tema da agricultura urbana vem sendo assumido pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e está inserido na estrutura do MDS como parte da estratégia do governo federal para enfrentar a insegurança alimentar das populações nas periferias das cidades e promover uma alternativa para a produção de alimentos e geração de renda nas regiões metropolitanas.

Apesar dos avanços proporcionados por essas diferentes frentes no que se refere à visibilidade da temática da agricultura urbana e à criação de marcos institucionais específicos, a implementação de políticas públicas para esse setor vem apresentando marcantes contradições entre as práticas efetivas e a retórica discursiva dos gestores públicos. Estes sempre ressaltam a importância de princípios como a gestão descentralizada, o fortalecimento das capacidades, a promoção de autonomia, o empoderamento e a participação efetiva das(os) agricultoras(es), mas na prática não é o que se verifica. Em que pesem os esforços empreendidos pela sociedade civil, eles não têm sido suficientes para superar os entraves burocráticos do Estado e a falta de vontade política para conquistar orçamentos e estruturar equipes capacitadas e permanentes para atuar junto a esse novo campo de ação institucional. Outro limite à participação da sociedade

<sup>5</sup> No âmbito internacional, a agricultura urbana ganha maior expressão a partir do ano de 1996, com a divulgação do relatório *Urban Agriculture, Food, Jobs and Sustainable Cities* durante a realização da II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em Istambul. (Nota do editor: ver referência na seção Publicações desta edição).

civil encontra-se na opção feita pelo MDS de operacionalizar a política por meio de editais voltados para governos municipais e estaduais e universidades, desvalorizando o conhecimento sobre a temática e as experiências acumuladas há anos pelas organizações da sociedade civil. Essa opção política remete ao debate mais amplo sobre o marco legal de repasse de recursos para organizações da sociedade civil e a transparência no uso dos recursos públicos. Revela também inúmeros problemas, sendo alguns deles já bem conhecidos, como a má vontade política dos gestores públicos, as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos, o mau uso dos recursos e o descompasso entre o calendário agrícola e o tempo da burocracia das compras e contratações.

Nesse contexto, o MDS tem estimulado, desde 2007, intervenções em agricultura urbana a partir de editais anuais para conveniar projetos com prefeituras, órgãos do estado e instituições de pesquisa. A partir de 2008, a maior ênfase desses editais tem sido para a implantação de Centros Metropolitanos de Agricultura Urbana e Periurbana (Caups), com vistas a organizar um sistema operacional descentralizado de apoio à prática da agricultura urbana nas regiões metropolitanas e implementar ações de fomento, assistência técnica, formação e monitoramento dos resultados. Se, por um lado, a proposta dos Caups representa um avanço significativo por estimular o desenvolvimento de redes territorializadas para a implementação das ações da Peau, por outro, encontra enorme bloqueio operacional por conta das descontinuidades das ações geradas pela lógica de convênios que não preveem orçamentos permanentes. Além disso, os critérios adotados para o repasse de recursos impõem exigências incompatíveis com a realidade das(os) agriculturas(es). Como exemplo, documentos formais de posse ou uso dos espaços de produção têm sido cobrados como condição para o acesso à política, quando, pelo contrário, a legalização das posses deveria ser considerada um dos objetos da própria Peau, já que a insegurança legal quanto ao acesso à terra é exatamente um dos principais obstáculos enfrentados pelas(os) agriculturas(es) urbanas(os).

Outro desafio reside no fato de que, embora a multifuncionalidade da agricultura urbana seja um dos aspectos mais valorizados em encontros, seminários e mesmo na literatura acadêmica disponível sobre o tema, essa característica positiva ainda é pouco explorada no desenho das políticas públicas para a área. Tomando como referência os editais anuais publicados e os projetos aprovados pelo MDS desde 2007, observa-se uma tendência a privilegiar certas dimensões (*combate à fome, inclusão social, geração de renda*) e a padronizar os tipos de ação passíveis de serem executadas com os recursos públicos. Ficam assim comprometidas as iniciativas voltadas para o fortalecimento da organização e da autonomia das(os) agricultoras(es) e para a promoção de melhorias nas áreas de saúde, educação e meio ambiente. Torna-se claro, portanto, o caráter intersectorial que deve ser assumido pelas políticas de agricultura urbana e periurbana. É preciso também definir melhor os papéis e as atribuições entre as organizações sociais e os diferentes setores e instâncias federativas do Estado.

### Para seguir a caminhada...

Com o processo de institucionalização, pode-se dizer que a agricultura urbana tem ganhado visibilidade. Mas esse avanço traz também o risco de homogeneização e cooptação pelos governos locais, por meio da imposição de condições para o acesso aos recursos públicos e pela submissão a mecanismos formais e institucionais que não respeitam as especificidades, as prioridades e os objetivos definidos pelas organizações e redes da sociedade civil.

O conceito da agricultura urbana encontra-se em construção e em disputa pelos diversos atores interessados na temática. A apropriação conceitual da agricultura urbana pela Amau está imbuída do sentido da transformação social e tem sido construída a partir da interação e da inserção política de cada organização participante. Nessa perspectiva, a agricultura urbana apresenta-se como uma possibilidade de reinvenção crítica do ser e do estar no espaço urbano. É, portanto, a celebração da diferença e a afirmação da diversidade em meio a tentativas massivas de padronização de modos de vida, desejos, relacionamentos e pensamentos. A trajetória da Amau demonstra a importância da atuação da sociedade civil para dar visibilidade e para formular propostas que respeitem as particularidades e identifiquem as necessidades reais e subjetivas dos protagonistas das experiências e práticas populares. É uma caminhada que convida para mais esforços políticos e teóricos para avançar na organização das(os) agricultoras(es) urbanas(es) e na compreensão das potencialidades da Agroecologia para transformar o espaço e as relações sociais nos contextos urbanos.

**Daniela Adil Oliveira de Almeida**

colaboradora da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
doutoranda em Geografia (IGC/UFMG)  
daniadil@gmail.com

**Lídia Maria de Oliveira Morais**

Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura/UFMG  
lidiariaomora@gmail.com

**Lorena Anahi Fernandes da Paixão**

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
lolaborba@yahoo.com.br

---

### Referências bibliográficas:

---

- ALMEIDA, D.A. O. 2011. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), 2011, Belo Horizonte. Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.
- BRASIL. 2011. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana. Relatório Final de Pesquisa. Minas Gerais, Belo Horizonte.



# Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro

Guilherme Strauch,  
Márcio Mattos de Mendonça  
Maria Conceição Rosa



Diversidade e qualidade dos alimentos: atributos assegurados pela relação direta entre produtor e consumidor

Segundo dados oficiais, 96,7% da população do Estado do Rio de Janeiro reside em áreas urbanas, sendo que 73,2% se encontra na região metropolitana, que apresenta 99,5% de taxa de urbanização. Isso equivale a 11.704.628 habitantes concentrados em 19 municípios, alguns com taxas oficiais de 100% de urbanização, como são os casos de Japeri, Queimados e o próprio Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Diante desse quadro, poder-se-ia supor que já não existe atividade agrícola na região. No entanto, o Censo Agropecuário de 2006 indica a existência de 3.764 agricultores familiares<sup>2</sup>, número contestado pela maioria das prefeituras municipais, que os consideram subestimados. Observamos, assim, uma realidade ocultada por trás dos dados oficiais, revelando que a agricultura de caráter familiar permanece presente e ativa em grande parte dos municípios metropolitanos.

Este artigo traça um breve panorama histórico e identifica algumas das características da agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro, ressalta a importância do apoio da Escolinha de Agroecologia ao processo de transição agroecológica na região, destaca as feiras como espaços privilegiados de visibilidade e de valorização dessa agricultura, e conclui apontando alguns dos desafios para a sua permanência e fortalecimento.

### Um pouco da história...

A história do crescimento da região metropolitana do Rio de Janeiro está associada à da permanência de remanescentes de áreas rurais, inclusive assentamentos de reforma agrária nos municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Magé, Duque de Caxias e Seropédica. Os movimentos de ocupação de terras organizados para pressionar o assentamento de famílias sem terra na região ocorreram em dois momentos distintos do século passado: os primeiros, no início dos anos 1960, com forte atuação das Ligas Camponesas; os últimos, no início da década de 1980, no contexto da abertura política e da crise econômica que gerou razoáveis índices de desemprego.<sup>3</sup> Nesse segundo período, diversos desempregados urbanos, mas de origem rural, vislumbraram no retorno à terra um meio de acesso à moradia e viabilização econômica. Esses movimentos ajudaram a resgatar para a agricultura extensas áreas que teriam sido loteadas em poucos anos e tomadas pela urbanização desordenada. Muitos dos grupos sociais que hoje se destacam nas áreas rurais desses municípios estavam envolvidos nos conflitos de terra dos anos 1960 e anos 1980. São eles que, regularizados em assentamentos rurais ou não, mantêm viva a agricultura de base familiar e se fazem presentes nos espaços públicos reivindicatórios ou propositivos.

Com a intensificação da urbanização, a produção de alimentos perdeu relativamente importância, e muitos agricultores passaram a conjugar a atividade agrícola com outras ocupações, tais como as de pedreiros, ambulantes, prestadores de serviços domésticos, dentre outras, conferindo-lhes uma marcada característica de pluriatividade. Nesse contexto de perda de espaço físico, político e simbólico, a Prefeitura de Nova Iguaçu, no Plano Diretor de 1997, chegou mesmo a desconsiderar a existência de áreas rurais no município, passando a denominá-las de *áreas residenciais de baixa densidade*. Somente em 2007, após intensa pressão realizada pelos movimentos sociais do campo, foram restabelecidas as áreas rurais do município. No entanto, esse reconhecimento oficial não foi acompanhado por investimentos públicos em infraestrutura e geração de renda e emprego para o setor, repetindo o padrão corrente nos demais municípios da região.

### A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

Como estratégia de afirmação e reprodução da agricultura familiar na região, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Baixada Fluminense criou, em 2007,

a Escolinha de Agroecologia em Nova Iguaçu como espaço de educação não formal para agricultores e agricultoras da região. A partir de 2008, o escritório local da Emater-Rio foi incorporado à iniciativa, assumindo sua coordenação pedagógica. Nos anos seguintes, a rede de parcerias se expandiu, envolvendo atualmente a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e a Comunidade Empenho e Serviço Voluntário (Cisv), além de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Ministério da Agricultura (Mapa), a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio) e a Federação da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj). Pela Escolinha já passaram cerca de 250 alunos de oito municípios da região metropolitana, entre agricultores, estudantes e ambientalistas. Na Feira da Roça de Queimados, por exemplo, iniciada em 2010, 70% dos agricultores são alunos ou ex-alunos da Escolinha. De forma geral, pode-se dizer que há um resgate positivo em termos de autoestima e identidade rural dos agricultores da região.

Um dos reflexos práticos dessa participação pode ser visualizado na diversificação produtiva das propriedades, inclusive com a aparição de novos produtos nas feiras da roça, tais como ovos caipiras, húmus de minhoca, composto orgânico e o aumento do número de espécies de hortaliças ofertadas. Outra evidência diretamente associada à influência da Escolinha é o fato de que os produtos são apresentados nas feiras como **produzidos sem agrotóxicos, de forma natural**, atendendo à demanda dos consumidores, cada vez mais interessados em manter uma alimentação saudável.

A abrangência da experiência pode ser constatada pela quantidade de comunidades envolvidas e pelo número elevado e constante de alunos inscritos – com uma participação ininterrupta e bastante equilibrada de homens e mulheres. Garante-se, assim, a formação de multiplicadores, aumentando seu impacto e amadurecendo o processo de transição agroecológica ora em curso na região. O efeito multiplicador foi detectado em diversas comunidades nas quais os alunos da

<sup>1</sup> Anuário Estatístico do RJ (Ceperrj), baseado no Censo Demográfico 2010 do IBGE.

<sup>2</sup> IBGE, Censo da Agricultura Familiar 2006.

<sup>3</sup> Nos anos 1960, toda a região foi palco de intensos conflitos de terra e local de atuação das Ligas Camponesas (fazendas Normandia e São Pedro, na atual divisa de Japeri com Nova Iguaçu). Nos anos 1980, foi cenário da retomada de lutas pela terra em todo o estado do Rio (Morro Grande, em Duque de Caxias; Parque Estoril e Campo Alegre, em Nova Iguaçu).



Escolinha intercambiam seus conhecimentos com os vizinhos. Sobre alguns produtores da comunidade de Marapicu que, embora nunca tenham frequentado a Escolinha, começaram a diminuir o uso de agrotóxicos, a presidente da associação local, Maria Auxiliadora, afirma: *Foi de tanto a gente falar, falar e falar, e dizer dos prejuízos à saúde.*

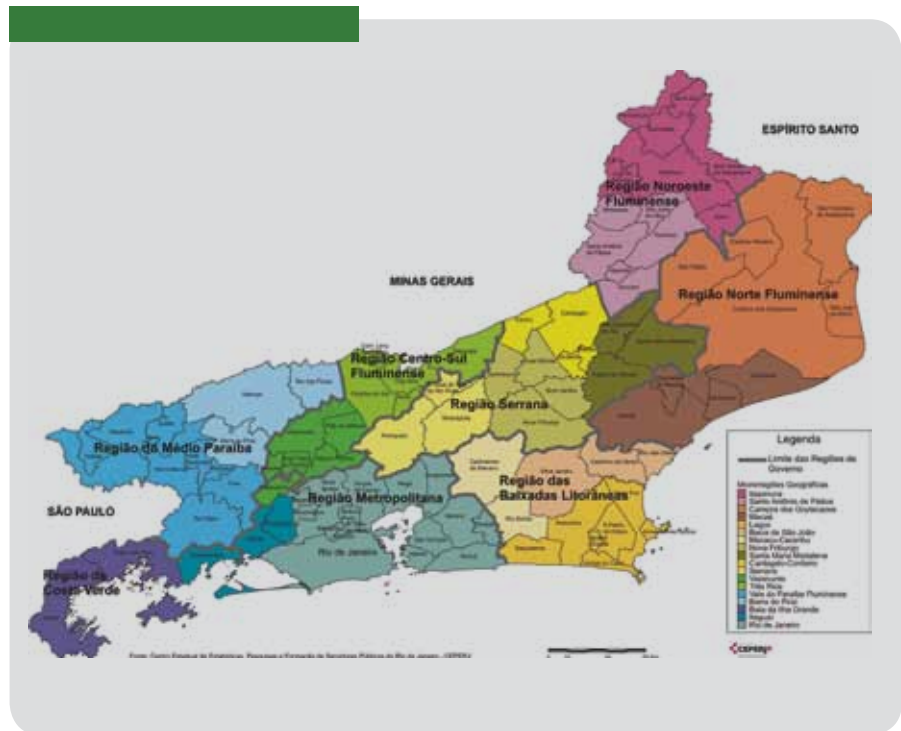
A participação de um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de conselheiros municipais de desenvolvimento rural, além dos integrantes da Feira da Roça, é outro fator que potencializa o alcance da experiência. O agricultor Claudino Nicolau, de Vista Alegre (Queimados), que também está presente na Feira da Roça de Queimados, comenta: *Estou usando o que tenho aprendido no curso lá dentro do meu sítio. Estou trabalhando direto sobre vários assuntos que foram ensinados na Escolinha. Eu tenho feito a divulgação (da Escolinha) entre as pessoas que eu conheço e venho comentando sobre as coisas que venho aplicando, e muitos têm se interessado em participar da Escolinha no ano que vem.*

A presença de pessoas de tantas comunidades rurais está provocando não só a troca de saberes agroecológicos, como também a troca de experiências sobre associativismo e participação em conselhos municipais. Além disso, os educandos estão se apropriando de uma visão de território enquanto espaço de fortalecimento das relações e articulação política. Aproveitam todos os momentos possíveis para essa troca: intervalos, hora de almoço, hora de perguntas, sendo comuns as visitas entre alunos fora do horário ou das atividades da Escolinha.

## O caráter multifuncional das Feiras da Roça

Assistimos no Brasil a um aumento do número de feiras organizadas por grupos de agricultores familiares. Esse fenômeno também pode ser verificado na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de iniciativas de organizações da agricultura familiar que apostam na comercialização direta de seus produtos como forma de restabelecer relações personalizadas com os consumidores, de revalorizar seus

## Regiões de governo e microrregiões geográficas do estado do Rio de Janeiro



modos de produção e de lutar pelo reconhecimento da agricultura nos municípios predominantemente urbanos.<sup>4</sup>

Esse fenômeno se desenvolve na contracorrente do processo de implantação dos chamados *impérios alimentares*: grandes estruturas globalizadas de governança dos sistemas agroalimentares que articulam corporações e que influenciam fortemente as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos (PLOEG, 2009). A abertura de novos circuitos de comercialização direta ao consumidor na região metropolitana do Rio de Janeiro repete dinâmicas que vêm se desenrolando mesmo nos EUA, onde o número de feiras sem intermediários aumentou 300% em 15 anos (SCHMITT, 2011, citando dados do USDA, 2010).

Na Baixada Fluminense, destacamos a Feira da Roça de Nova Iguaçu como exemplo mais antigo de organização de um grupo de agricultores familiares da região metropolitana do Rio de Janeiro visando a comercialização direta de seus produtos. Atualmente, a feira está estabelecida no centro de Nova Iguaçu, onde obtém grande sucesso econômico e visibilidade.

**Um dos aspectos ressaltados pela Feira da Roça é justamente o de dar visibilidade a um setor que estava fadado a ser engolido pela expansão urbana. A presença semanal de agricultores no centro de Nova Iguaçu revelou uma realidade até então pouco conhecida do município e cau-**

<sup>4</sup> Em outros municípios da região, iniciativas semelhantes vêm despontando. É o caso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, realizado por meio de uma parceria entre a prefeitura municipal do Rio de Janeiro e a Associação de Agricultores Biológicos do RJ (Abio). O circuito atualmente conta com seis locais de comercialização e com a participação de agricultores de diferentes regiões do estado. Um importante papel também vem sendo cumprido pelas feiras realizadas dentro das universidades, como é o caso da Feira Agroecológica da UFRJ, que conta com a participação de agricultores dos municípios de Magé e Guapimirim, ambos localizados na região metropolitana.



As feiras da roça como mecanismos de aproximação entre a produção e o consumo alimentar nas grandes cidades



sou surpresa naquela população urbana que ignorava a quantidade, a diversidade e a qualidade da produção alimentar local. Para os agricultores, a feira abriu perspectivas de viabilização econômica, ao mesmo tempo em que afirmou sua identidade e aumentou sua autoestima. Outro fator a se destacar é que a produção da agricultura familiar presente na feira resgata hábitos e sabores perdidos com a padronização alimentar imposta pelas grandes redes distribuidoras. Produtos como taioba, ingá, jambo, cajá, carambola, abiu, toranja, laranja-da-terra, ervas medicinais, banana-vinagre, cachopas de urucum, toletes de cana, pitanga e tantos outros, que não são encontrados nas prateleiras dos supermercados, fazem sucesso e recuperam uma cultura alimentar que estava esquecida, além de transformar em renda produtos que o mercado distribuidor dominante descartou por completo.

A aproximação entre os agricultores e os consumidores também tem sido extremamente gratificante, tanto na forma de atendimento como nas informações sobre o preparo e o uso dos produtos que estão à venda. O contato direto entre produtores e clientes estreita laços e cria consumidores fiéis, que valorizam o produto por saberem quem produziu o quê, de que forma produziu e qual a melhor maneira de usufruir o que foi adquirido.

O sucesso da Feira da Roça de Nova Iguaçu, que hoje já conta com 40 integrantes, chamou a atenção de agricultores de municípios vizinhos e, em 2010, os produtores rurais de Queimados iniciaram sua própria feira da roça. Boa parte dos produtos levados inicialmente para a feira foram justamente aqueles que o agricultor não tinha o hábito de comercializar e nem acreditava que isso fosse possível. O bom retorno financeiro da feira deu ao agricultor uma nova visão de sua propriedade e de suas potencialidades, tornando-se um grande incentivo para a busca de





Feiras da roça são também espaços para a revalorização econômica de espécies não encontradas nas grandes cadeias varejistas

um melhor manejo das lavouras e pomares. Após dois anos de funcionamento da feira de Queimados, é visível o esforço de planejamento da produção que os vinte participantes estão começando a assumir, baseando-se na garantia de venda de seus produtos. A diversidade de produtos também aumentou, e começaram a aparecer barracas com produtos que a maioria dos agricultores não costumava cultivar para venda, como ora-pro-nobis, frutas como toranja e bacupari e diversas ervas medicinais. O sucesso da venda de ovos fez aumentar o plantel de aves no município e, conseqüentemente, a busca por capacitação para essa atividade.

O apoio financeiro recentemente mobilizado por meio de projetos tem estimulado os agricultores a discutirem a gestão coletiva de alguns equipamentos, assim como tem fortalecido o sentido comunitário e as suas organizações de representação.<sup>5</sup> Em consequência desse estímulo, foi criada, em março de 2011, a Associação da Feira da Roça de Queimados (Aferq) e, poucos meses depois, a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI). Ambas as organizações incluem membros de diversas comunidades rurais e têm personalidade jurídica para representar o grupo de agricultores que já vinha participando das feiras nesses municípios.

<sup>5</sup> O estímulo mais recente, tanto para a Aferni quanto para a Aferq, bem como para a Feira da Roça de Japeri, veio por intermédio dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e da Petrobras, por meio de dois projetos com ações de fomento, formação de agricultores, comunicação/identidade visual e de assistência técnica e extensão rural (Ater). Dessa forma, para Nova Iguaçu, foram adquiridas barracas de feira, balanças eletrônicas e um caminhão de quatro toneladas para transporte da produção. Também foram disponibilizados materiais para a realização de cursos de gestão de empreendimentos econômicos solidários e de formação em Agroecologia, além de serviços para a criação de uma identidade visual da associação. Ambos os projetos foram elaborados a partir das demandas reais das organizações dos agricultores e suas representações nos municípios, valorizando também os acúmulos das discussões ocorridas no âmbito da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro sobre temas como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Agroecologia, agricultura familiar e comercialização. A execução dos projetos tem sido realizada a partir de um diálogo entre a Emater-Rio – através de seus escritórios de Nova Iguaçu e Magé e também de sua Gerência Estadual de Agroecologia – e a AS-PTA, num sentido de complementaridade de ações, potencializando os recursos disponíveis.

Como efeito multiplicador do sucesso obtido nas feiras de Nova Iguaçu e Queimados, foi criada, em junho de 2011, a Feira da Roça de Japeri, com a participação de 18 famílias de agricultores. Da mesma forma, um grupo de 46 agricultores familiares de várias comunidades de Magé inaugurou a Feira da Agricultura Familiar em julho de 2012, com o apoio da AS-PTA, do escritório local da Emater-Rio e da prefeitura municipal.

As organizações de agricultores criadas ao redor dessas feiras têm expressado a necessidade de estabelecer uma identidade própria que as diferencie das feiras convencionais, ainda populares no Rio de Janeiro, mas que praticamente são dominadas pelos atravessadores, que compram os produtos em mercados atacadistas para revendê-los aos consumidores, sem nenhum compromisso de fortalecimento da produção agrícola local.

Outro aspecto interessante das feiras da roça é que elas se tornaram espaços de troca entre agricultores. De



Feiras como ambientes para reafirmar a identidade e o valor da agricultura familiar

fato, estando reunidos todas as semanas, entre uma venda e outra, conversam sobre tudo: organização, manejo da produção, troca de sementes e mudas, políticas públicas, etc. Ou seja, as feiras são muito mais do que um local de vendas, servindo como espaço de articulação e intercâmbio de saberes e reafirmação cultural. As feiras organizadas pelos agricultores familiares da região metropolitana do Rio de Janeiro são ainda uma expressão da diversidade local, com mais de 40 produtos comercializados ao longo do ano, respeitando os ciclos naturais de cada espécie como um princípio agroecológico.

### Perspectivas e desafios

O maior desafio para a permanência desses agricultores nas áreas rurais da região metropolitana do Rio de Janeiro está relacionado aos conflitos oriundos dos impactos gerados pelo constante processo de urbanização, o qual tem sido intensificado nos últimos anos por conta das grandes obras executadas na região no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, como o Porto de Sepetiba, o Arco Rodoviário Metropolitano e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Outro fator de enfraquecimento das organizações e redes de apoio é a ausência de políticas públicas municipais destinadas à agricultura familiar, notadamente as voltadas para infraestrutura e fomento, como abertura de estradas vicinais, instalações para centralização e apoio à distribuição de parte da produção agrícola, construção de poços para irrigação das lavouras (uma demanda crítica no caso de Queimados, por exemplo), dentre outras. A execução dessas ações por parte das prefeituras pode minimizar os riscos inerentes à produção agrícola, além de oferecer uma garantia de acesso dessa produção a outros mercados, como os institucionais – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, diversificando e aumentando a renda desses agricultores.

As características inerentes à agricultura familiar da região metropolitana, como a sua grande diversidade e a pluriatividade, desafiam os programas governamentais de apoio à agricultura urbana e periurbana (AUP). As poucas iniciativas existentes, como os editais de AUP do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), têm uma concepção muito distante da realidade da agricultura desenvolvida na região, não respeitando as dinâmicas e as articulações previamente existentes e, dessa forma, desconsiderando todos os atores sociais já envolvidos longamente nesse processo. Um exemplo disso tem sido o direcionamento dos editais do MDS apenas para as instituições governamentais, excluindo as organizações da sociedade civil. Essa percepção errônea de uma política pública de

apoio à AUP dá origem a diversas exigências descabidas na condução dos projetos aprovados e contribui fortemente para o distanciamento entre o Estado e a sociedade civil organizada na implementação de tais políticas.

Ainda que os desafios para a permanência da agricultura familiar sejam muito grandes, o intercâmbio de experiências entre agricultores, assim como entre agricultores e organizações de assessoria, tem se mostrado uma estratégia eficaz de resistência dessas redes sociais voltadas para a construção de um território com presença marcante da agricultura de base ecológica na região. Nesse contexto, o fortalecimento e a ampliação das feiras da roça, das feiras agroecológicas e das feiras da agricultura familiar têm se mostrado um exercício permanente da expressão da importância da agricultura familiar na região. Assim, um aspecto a se avançar é a intensificação da troca de experiências e de materiais, como sementes e mudas, entre as feiras, visando o fortalecimento mútuo, bem como o incremento do protagonismo dos diversos grupos de agricultores familiares participantes dessas experiências.

**Guilherme Strauch**  
gerente técnico de Agroecologia da Emater-Rio  
guilherme.coper@emater.rj.gov.br

**Márcio Mattos de Mendonça**  
coordenador do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia urbana@aspta.org.br

**Maria Conceição Rosa**  
extensionista rural da Emater-Rio  
eslocni@emater.rj.gov.br

### Referências bibliográficas:

PLOEG, J.D van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS PTA, 2009.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 8, n. 3, set. 2011.



# Pesquisa-ação em agroecologia no município de Guarulhos

Manoel Baltasar Baptista da Costa  
Paulo Henrique de Lima  
Túlio Caio Binotti  
Carlos Artur Salgado  
Luiz Fernando Faustino

**G**uarulhos é um dos municípios da região metropolitana de São Paulo. Com mais de 1,2 milhão de habitantes, constitui o segundo do estado em população. Além de apresentar setores secundário e terciário expressivos, a agricultura figura como uma atividade importante, embora não devidamente reconhecida, seja pela sua relevância na produção de alimentos, pela geração de ocupações e renda ou pela promoção de inclusão social e segurança e soberania alimentar.

À luz dos dados dos censos agropecuários realizados entre 1960 e 2006, constata-se significativa redução da atividade agrícola em Guarulhos, em larga medida consequente de uma expansão urbana acelerada e desordenada, inclusive sobre áreas anteriormente usadas para a produção de alimentos. No espaço municipal, existem áreas de elevada aptidão agrícola, mas tal produção está sendo inviabilizada por diversos fatores, tais como especulação imobiliária, adensamento populacional e a legislação sobre o uso do solo do município,



Foto: Grupo de Pesquisa-ação em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Primeira oficina sobre conceitos agroecológicos com produtores do município de Guarulhos

que estabelece que toda a extensão territorial municipal seja destinada ao uso urbano, comercial e industrial, definindo os espaços e a produção rurais como pertencentes à zona “rural-urbano”. Tal legislação dificulta o acesso dos produtores a políticas públicas, pois o governo do estado impõe maiores restrições para fornecer a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) aos agricultores não situados em zona rural. Sem a DAP, o agricultor fica impedido de obter crédito rural e de vender a produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ambos do governo federal.

A involução da atividade agrícola no município se deu também por questões financeiras, com a contínua redução do preço pago ao agricultor e a concomitante elevação do preço dos insumos demandados na produção, orientada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Além disso, embora a horticultura constitua a atividade agrícola mais expressiva no município, sua produção é em larga medida adquirida por atravessadores que a comercializam no Ceasa de São Paulo, remunerando os agricultores com valores muitas vezes aquém dos custos de produção. Dessa forma, mesmo sendo um município historicamente produtor de alimentos, uma quantidade significativa da alimentação consumida pela população de Guarulhos é hoje comprada no Ceasa, aumentando ainda mais o gasto energético e os custos para o alimento chegar ao consumidor.

Em termos ambientais, a poluição e a contaminação das águas, terra e ar resultantes de efluentes não tratados de indústrias, da falta de saneamento adequado na cidade e no campo, da alta concentração de veículos e do desmatamento para construção de novos empreendimentos também são problemas vivenciados pelos agricultores do município. Vale ressaltar que a agricultura local também contribui para a contaminação devido ao elevado uso de agrotóxicos.

Em meados da década passada, foi proibida a entrega de um composto de lixo urbano de São Paulo para os estabelecimentos agrícolas do município de Guarulhos, prática que funcionou durante muitos anos, fazendo com que a matéria orgânica poluente nas cida-

des fosse convertida em fertilizantes para a agricultura e diminuindo, dessa forma, o uso de adubos sintéticos e agrotóxicos.

Mesmo enfraquecida social e economicamente, a agricultura de Guarulhos co-existe com o crescimento desordenado da cidade, permanecendo e se realocando, principalmente, nos limites da cidade e nas periferias, em meio aos bairros e áreas urbanas. Dessa forma, ainda hoje, emprega número considerável de trabalhadores e é responsável pela renda dos produtores familiares e demais trabalhadores envolvidos no transporte, processamento e comercialização da produção, havendo, inclusive, uma cooperativa de produção agrícola, a Agroverde.

Entretanto, para superar tantas adversidades, esses agricultores necessitam da consolidação da agricultura urbana e periurbana como atividade específica. Carecem assim de políticas públicas voltadas para tal atividade, da criação de mercados locais justos que contribuam diretamente para a diminuição do gasto energético da cadeia produtiva de alimentos e de apoio para a prática de uma agricultura mais sustentável.

## Parceria entre a prefeitura e a Universidade

Em face de tais problemas, a prefeitura municipal de Guarulhos buscou parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde há iniciativas e acúmulos com a produção de base ecológica e cursos de graduação e pós-graduação em Agroecologia. Assumiu também a instalação de uma feira de produtos orgânicos produzidos pela agricultura familiar nos espaços rural, periurbano e urbano.

A universidade, por sua vez, disponibilizou uma equipe interdisciplinar composta por docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação de agronomia, gestão ambiental, biologia e ciências sociais, que vêm desenvolvendo ações no município nas seguintes frentes:

- levantamento da realidade da agricultura do município, de suas dificuldades e oportunidades;
- orientação e assistência técnica à agricultura familiar pautada pelos pressupostos da Agroecologia;
- realização de oficinas sobre o manejo de agroecossistemas segundo os princípios da Agroecologia, o aproveitamento dos recursos internos do sistema e a busca da autonomia do produtor em relação a recursos, energia e insumos externos;
- orientação aos agricultores quanto à agregação de valor ao produto agrícola pelos produtores individualmente e por suas organizações;
- apoio à organização dos agricultores para assumirem o espaço de comercialização criado pela prefeitura, estimulando uma produção voltada para o consumo local e a prática de preços justos;
- orientação e apoio aos produtores para que se credenciem nos processos de compra de alimentos dos programas oficiais;
- aproveitamento de resíduos orgânicos gerados no meio urbano para uso nos sistemas produtivos agrícolas.

Nas atividades de levantamento da realidade da agricultura, foram identificados e caracterizados 51 estabelecimentos de agricultura familiar do município por meio da aplicação de um questionário semiestruturado. No tocante à assistência técnica, vale ressaltar que, no universo dos estabelecimentos avaliados, 86% nunca haviam recebido nenhum tipo de assessoria por parte do Estado nem de empresas privadas.

Concomitantemente à pesquisa, deu-se início às atividades de assistência técnica e extensão rural com enfoque horizontal, promovendo a articulação entre técnicos e agricultores familiares e favorecendo um processo de construção de diferentes percepções do sistema produtivo pelos mesmos. As análises de solo realizadas, por exemplo, foram interpretadas juntamente com os agricultores, aguçando suas visões críticas quanto ao uso indiscriminado dos fertilizantes sintéticos que tanto oneram o custo de produção das hortaliças.



As oficinas de manejo de agroecossistemas e técnicas alternativas também demonstraram ser ótimas ocasiões para a troca de experiências entre os agricultores. Nelas foram abordados temas como a importância da biodiversidade, compostagem, consórcios, quebra-ventos, biofertilizantes, caldas naturais inseticidas e fungicidas, assim como saneamento no meio rural, apresentando a técnica de construção de fossa séptica biodigestora, modelo desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Atualmente, existe no município o incentivo à transição agroecológica, sendo um dos métodos utilizados para isso a delimitação de áreas demonstrativas nos sistemas produtivos. Nessas áreas, o agricultor põe em prática técnicas alternativas ao pacote tecnológico convencional, tendo a oportunidade de perceber seus benefícios e se apropriar das mesmas. As áreas são também destinadas a testes de manejo, como, por exemplo, consórcios e sucessões, além de dosagens de biofertilizantes.

O controle de insetos-praga e fitopatógenos nas áreas em transição está sendo realizado com caldas naturais, tais como a calda dos frutos da árvore Santa Bárbara (*Melia azadiractha*), muito abundante na região e que contém o princípio ativo azadiractina, um conhecido repelente e inseticida natural comercializado sob a forma de óleo de neem (*Azadiractha indica*). Por possuir muito silício em sua estrutura, elemento comprovadamente indutor de resistência em plantas, o chá de cavalinha (*Equisetum spp*) vem sendo adotado para o controle de algumas doenças de parte aérea, como a mela da alface (*Esclerotinia sp*).

Para fundamentar teoricamente as práticas de manejo, estão sendo debatidos com os agricultores conceitos relacionados à Teoria da Trofobiose e ao valor nutricional dos alimentos. Exemplos práticos e intuitivos são utilizados como base pedagógica, entre os quais a comparação entre a vida

pós-colheita de uma alface cultivada com o uso intensivo de ureia e de outra cultivada sob o manejo orgânico. Os próprios agricultores percebem as diferenças e revelam sua satisfação de estar resgatando técnicas empregadas pelos seus avós, além de consumirem alimentos de alto valor nutricional:

*A couve da área dos orgânicos está mais verdinha. Ela também está com um gosto mais acentuado, mais saboroso, uma delícia. E a alface dura dias depois de colher!*

(Felipe Fonseca, produtor periurbano do município de Guarulhos)

Milhares de toneladas de resíduos orgânicos são geradas diariamente nos centros urbanos, sejam em feiras, espaços públicos ou mesmo nas residências familiares. Em Guarulhos, infelizmente, a coleta seletiva não é eficaz a ponto de permitir o aproveitamento desses resíduos na agricultura. Já as podas de árvores e de gramados, assim como as varrições de folhas dos espaços públicos, como praças, são encaminha-



Foto: Carlos Artur Salgado

Banca de produtor guarulhense na feira agroecológica do município



Fábio Luiz Cassiano

Oficina de saneamento rural: feito de fossa séptica biodigestora

das para um local específico onde os pedaços mais grosseiros são triturados e empilhados na forma de leiras. Esse material, que sempre foi utilizado pela prefeitura para adubar jardins públicos, passou a ser fornecido para os agricultores, servindo como cobertura morta nos canteiros. Além de proteger o solo contra o vento e os raios solares, preservando a água no ambiente, são eficazes no controle das plantas espontâneas.

Outra estratégia construída juntamente com os produtores foi a agregação de valor, lançando mão de produtos hortícolas minimamente processados. Para tanto, foi realizada uma capacitação no espaço da escola de culinária do Fundo Social de Solidariedade, onde produtoras receberam o treinamento sobre higienização das bandejas e a operação da máquina de processamento, conseguida junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e emprestada por meio de termo de concessão pela Divisão de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar de Guarulhos. A instalação da máquina para processamento vegetal de uso coletivo estimulou a empatia e o trabalho cooperativo entre os produtores.

O acesso dos agricultores familiares aos programas de compra de alimentos do governo federal foi outra frente de trabalho do projeto. As ações nesse campo encontraram vários obstáculos normativos, já que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nem sempre se ajustam à realidade da agricultura urbana e periurbana. A participação nas concorrências públicas para a venda de alimentos, de acordo com as leis do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), exige que o estabelecimento esteja situado em zona rural consolidada pelo plano diretor municipal. Após diversas negociações com técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e com a Cooperativa Agroverde, foi conseguida a liberação de seis DAPs para agricultores de Guarulhos.

Durante o Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana, tornou-se explícita a dificuldade de obtenção das DAPs para a participação nos programas federais voltados para a agricultura familiar. Esse problema, relatado por agricultores em vários centros urbanos do Brasil, também está associado à forma como os planos diretores dos municípios são elaborados, em particular pelo fato de que desconsideram a atividade agrícola como promotora de desenvolvimento social, o que faz com que não sejam previstas zonas rurais consolidadas no zoneamento dessas cidades.

A Feira Agroecológica, criada e promovida após seis meses do início do projeto, também mostrou ser uma boa alternativa para o escoamento da produção orgânica e para agregação de renda. Dela participam produtores de Guarulhos e de outras cidades, além de alguns revendedores de hortaliças orgânicas. Espaços para a comercialização de artesanatos, produtos naturais e serviços, como massagens e cursos de culinária natural, também podem ser encontrados na feira. Desde sua criação, ela vem se revelando como um fator estimulador dos processos de transição agroecológica, principalmente para aqueles produtores que estavam sem muitas perspectivas com a atividade agrícola e viram na agricultura orgânica uma nova chance para permanecerem produzindo. Inicialmente, a feira era abastecida com produtos oriundos do extrativismo, como abacate e brotos de bambu, além de

algumas ervas aromáticas cultivadas em quintais sem o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos. Rapidamente, contudo, os agricultores perceberam os benefícios da venda direta ao consumidor, havendo inclusive casos de abertura de novos pontos de venda em outros dias da semana em função do potencial econômico dessa iniciativa.

## Alguns ensinamentos e desafios

Experiências como a desenvolvida em Guarulhos mostram que a agricultura urbana e periurbana pode ser valorizada como estratégia para a geração de trabalho e renda. Além disso, exhibe grande potencial de preservação do meio ambiente urbano, ao permitir que maiores áreas de solo continuem permeáveis, o que facilita a absorção da água da chuva e evita enchentes, bem como faz com que menos energia seja gasta para que o alimento chegue ao meio urbano. A atividade agrícola contribui também para realçar o valor de contemplação da natureza das pessoas que vivem em áreas urbanas, principalmente nas grandes cidades.

Como fenômeno socioeconômico, a agricultura urbana e periurbana ainda demanda a geração de tecnologias específicas, principalmente no que se refere ao aproveitamento dos resíduos orgânicos urbanos como adubos, assim como políticas públicas direcionadas para o seu desenvolvimento.

Por se tratar de uma ciência de caráter interdisciplinar, que considera a complexidade da relação homem e meio ambiente e preza pela horizontalidade nos processos de construção do conhecimento, valendo-se de técnicas específicas para a utilização dos recursos autóctones nos agroecossistemas, a Agroecologia se apresenta como um enfoque adequado para a consolidação da agricultura urbana e periurbana.

Aspecto também relevante da presente proposta diz respeito à parceria construída entre o poder público municipal e a Universidade, que assim passaram a atuar concretamente junto ao segmento da agricultura familiar em defesa de métodos produtivos sustentáveis.

**Manoel Baltasar Baptista da Costa**  
professor adjunto da UFSCar  
baltasar@uol.com.br

**Paulo Henrique de Lima**  
estudante de pós-graduação em Agroecologia  
e Desenvolvimento Rural da UFSCar  
paulolima\_agro@hotmail.com

**Túlio Caio Binotti**  
estudante de pós-graduação em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar  
la\_patcha@hotmail.com

**Carlos Artur Salgado**  
chefe da Divisão de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar do município de Guarulhos  
cartursalgado@gmail.com

**Luiz Fernando Faustino**  
biólogo da Divisão de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar do município de Guarulhos  
lffastino@gmail.com





Posto de venda de agricultora localizado ao lado da unidade de produção em Havana

# Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba

Paulo Rogério Lopes  
Keila Cássia Santos Araújo Lopes

**A**gricultura urbana em Cuba é uma das mais bem sucedidas do mundo. Sua rápida expansão se deve principalmente a estratégias governamentais postas em prática na ilha caribenha a partir da década de 1990, quando o país atravessou dura crise econômica relacionada à queda do bloco soviético. Esse período foi marcado pela insegurança alimentar e pelo surgimento de doenças e epidemias na população. Foi nesse contexto que o governo cubano tomou a iniciativa de resgatar a agricultura tradicional nas cidades cubanas, principalmente em Havana, onde residia um quinto da população do país.

Este artigo apresenta as principais estratégias adotadas em Cuba para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana de base ecológica, bem como uma breve caracterização dos sistemas produtivos desenvolvidos, ressaltando a sua importância para a construção de centros urbanos sustentáveis.

## Caminhos para a construção da agricultura urbana ecológica em Cuba

O bloqueio econômico sofrido por Cuba impediu o país de importar os agroquímicos que até então eram largamente empregados. Nessas condições, a

construção da agricultura urbana de base ecológica em Cuba se deu como um processo abrupto. Entretanto, se de um lado as rápidas mudanças no padrão produtivo cubano foram essenciais para a emergência da agricultura de base ecológica no país, por outro, trouxeram como contrapartida negativa a drástica diminuição das produções no curto prazo.

Com o objetivo de dar respostas ao desafio de recuperar a capacidade de produção alimentar e alicerçar um padrão agrícola sustentável em Cuba, o governo estabeleceu o Grupo Nacional de Agricultura Urbana (Gnau), um espaço composto por pesquisadores e produtores que assumiu o papel





Unidade de produção orgânica urbana em Havana

de elaborar estratégias produtivas calcadas nos princípios da Agroecologia.

Centros de pesquisa, capacitação e fomento foram criados, com destaque para os Centros de Reprodução de Entomófagos e Entomopatógenos (Cree) e as Unidades Básicas de Produção Cooperativa. Os primeiros são responsáveis pela criação e distribuição dos agentes de controle biológico de pragas e doenças agrícolas, enquanto as últimas atuam no recolhimento de material orgânico gerado nos sistemas urbanos para seu posterior processamento e redistribuição na forma de compostos orgânicos aos agricultores urbanos e periurbanos. Essas iniciativas permitiram a eliminação do uso dos agrotóxicos e das adubações químicas, contribuindo assim para a produção de alimentos saudáveis à população. Ajudaram também a enfrentar a proliferação de sérios problemas sanitários nas cidades, bem como a contaminação do lençol freático decorrentes do descarte de resíduos orgânicos sólidos. Além disso, muitas pessoas foram empregadas nas cooperativas, e as cidades passaram a contar com estruturas responsáveis por encaminhar, sem muito dispêndio de energia, os subprodutos orgânicos oriundos de empresas, residências e indústrias ao setor agrícola. Segundo González Novo e Merzthal (2007), Havana produziu e aplicou cerca de 70 mil toneladas de composto orgânico no ano de 2000. Observa-se, portanto, que tais iniciativas foram essenciais para o desenvolvimento da agricultura urbana cubana, seja do ponto de vista energético, ambiental ou socioeconômico.

A elaboração de objetivos e metas anuais a serem alcançados pelas províncias e cidades, principalmente na área de extensão rural e educação agrícola, foi outra medida assumida pelo Estado cubano. A assistência técnica nas áreas urbanas e

periurbanas é realizada a partir de visitas técnicas periódicas de profissionais vinculados ao Gnau, abrangendo todo o território nacional. A criação de unidades demonstrativas utilizadas em cursos de formação e capacitações de agricultores foi outra ação nesse campo. Práticas agrícolas relacionadas ao manejo ecológico do solo, ao controle biológico de pragas e doenças, à recuperação de áreas degradadas, ao incremento da biodiversidade, bem como ao redesenho das unidades produtivas (saneamento ambiental, organização e integração dos subsistemas que compõe os agroecossistemas, permacultura, etc.), são abordadas de maneira periódica nos cursos de formação e nas visitas técnicas aos produtores agrícolas.

Verifica-se ainda que a educação os ensinos médio técnico, tecnológico e universitário tem favorecido a formação de profissionais capacitados para o trabalho com agricultura e pecuária ecológicas.

**A mídia cubana também deu uma contribuição significativa no que se refere à construção de uma consciência social, econômica e ecológica entre os consumidores e produtores de alimentos.**

Um dos resultados perceptíveis dessa nova consciência é o papel determinante que vem sendo assumido pelas organizações dos agricultores no que se refere às mudanças nas estruturas de comercialização dos produtos agrícolas, até então dominadas por atravessadores que tornavam os





Venda direta de produtos da horta orgânica em Havana

alimentos mais caros aos consumidores e diminuíam a renda dos agricultores.

## Caracterização da agricultura urbana em Cuba

A agricultura urbana de base ecológica desenvolvida em Cuba pode ser subdividida em dois grupos. De um lado, encontramos os sistemas produtivos organizados pela lógica da substituição de insumos químicos por orgânicos. Por outro, a agricultura baseada em processos, caracterizada pela autossuficiência técnica das unidades produtivas proporcionada pela produção e reciclagem dos insumos de que necessitam para produzir.

As unidades do primeiro grupo buscam insumos de origem orgânica para nutrir os cultivos e utilizam o controle biológico clássico, fundado na soltura de inimigos naturais das pragas criados em laboratórios especializados, também conhecidos como biofábricas. Mesmo com total dependência de insumos externos, essas unidades produtivas possuem níveis satisfatórios de sustentabilidade, se considerarmos os centros urbanos como *grandes organismos*. Em outras palavras, as unidades produtivas urbanas figurariam como subsistemas organicamente integrados às cidades, sendo alimentados pelos demais subsistemas urbanos com pó de serragem das indústrias de móveis, com folhas e galhos oriundos dos jardins e praças públicas, com adubos orgânicos das cooperativas de compostagem, com agentes de controle biológico produzidos nas biofábricas, etc.

Já a agricultura de processos não depende desse vínculo estrutural com os demais subsistemas para se reproduzir tecnicamente. Ela pode ser encontrada principalmente nas áreas periféricas da cidade (áreas periurbanas), alcançando níveis satisfatórios de resiliência, produtividade, confiabilidade e autossuficiência graças ao redesenho realizado dentro e no entorno dos agroecossistemas. O incremento da biodiversidade é sem dúvida o principal fator responsável pela estabilidade ecológica e produtiva alcançada nessas unidades de produção. Mas também a arborização das ruas e os hortos florestais, encontrados ao redor desses agroecossistemas, têm contribuído muito com os processos ecológicos desenvolvidos nos campos produtivos, uma vez que funcionam como abrigo e

fonte de alimentos para insetos polinizadores, predadores, parasitoides, aves e pequenos mamíferos, além de constituírem corredores e trampolins ecológicos para a fauna (biodiversidade funcional).

## Considerações finais

A agricultura ecológica desenvolvida em Havana tem contribuído com a sustentabilidade desse grande centro urbano. Ela assumiu um importante papel no combate à fome na década de 1990 e até os dias atuais tem sido primordial para a segurança alimentar e nutricional das famílias cubanas. Oferece produtos frescos e saudáveis à população por um custo acessível, uma vez que as vendas são realizadas sem a intermediação de atravessadores, além de não depender de gastos com transporte a longas distâncias, já que a maioria das hortas urbanas possui postos de venda na própria unidade de produção. Salienta-se também a importância da agricultura urbana como atividade geradora de ocupação e renda, que oferece oportunidades para mulheres, jovens e pessoas idosas, segmentos sociais que muitas vezes encontram dificuldades para conquistar trabalho. Além de apresentar aspectos positivos com relação à sustentabilidade energética, social e econômica, a agricultura urbana e periurbana de Cuba têm contribuído com a sustentabilidade ambiental, uma vez que absorve os subprodutos (resíduos sólidos) gerados nos subsistemas das cidades e é responsável pela transformação da paisagem urbana, antes repleta de poluição visual, trazendo mais conforto visual e térmico com os hortos florestais e sistemas agroflorestais.

**Paulo Rogério Lopes**

biólogo, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, doutorando em Ecologia Aplicada - ESALQ/USP  
biocafelopes@bol.com.br

**Keila Cássia Santos Araújo Lopes**

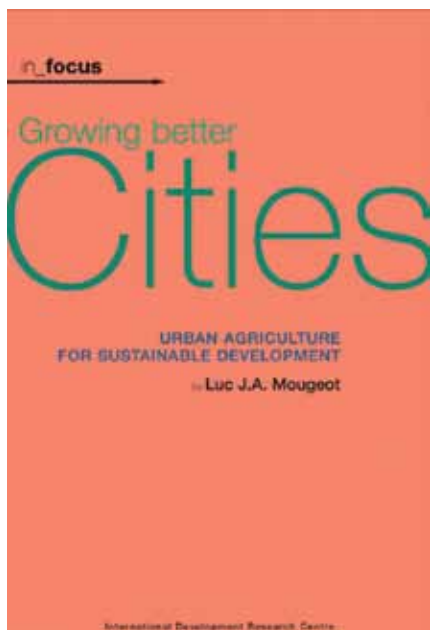
geógrafa, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural  
keilacaraujo@hotmail.com

## Agradecimentos:

Gostaríamos de agradecer aos agricultores urbanos e periurbanos de Cuba que gentilmente nos concederam a oportunidade de entrevistá-los e nos apresentaram os seus sistemas de produção de base ecológica. Agradecemos os pesquisadores José Antônio Bravo e Yosniel Peña, pertencentes ao Instituto Cubano de Investigações Agroflorestais, que nos concederam entrevistas sobre a agricultura urbana e periurbana de Cuba. E à ESALQ/USP, Piracicaba/SP, que contribuiu efetivamente com a viagem a Cuba.

## Referências bibliográficas:

GONZÁLES NOVO, M.; MERZTHAL, G.Y. Agricultura urbana orgânica: um esforço real em Havana. **Revista de Agricultura Urbana**. RUAUF (Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas). América Latina e Caribe. 2007. p. 4.



## **Growing better cities: urban agriculture for sustainable development**

**MOUGEOT, L. J. A.** Ottawa: IDRC, 2006. Disponível em: <http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/30554/12/122461.pdf>

Consolida os aprendizados de 20 anos de experiência de trabalho do IDRC na temática, apresentando um conjunto de princípios para que a agricultura urbana seja incorporada por governos em suas estratégias para alcançar as metas de desenvolvimento do milênio. Uma publicação referencial sobre o assunto.

## **Periurbanos: mulheres construindo o direito à cidade. FASE. Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 123. 2011.**

Aborda o desenvolvimento de municípios periurbanos, enfocando questões relacionadas à reforma e a políticas urbanas, bem como ao envolvimento das mulheres nas lutas pela construção de cidades com cidadania.

## **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. SMIT, J.; RATTI, A.; NASR, J. UNDP, Habitat II Series, 1996.**

Com base em pesquisas realizadas em 20 países da Ásia, da África e da América Latina, os autores abrem uma discussão sobre como a agricultura urbana deve ser encarada: uma atividade marginal praticada pelos pobres urbanos, uma relíquia dos habitantes rurais, ou, sob outro enfoque, uma atividade econômica moderna com significados importantes para a segurança alimentar, garantindo uma estabilidade no acesso aos alimentos para as famílias e ainda proporcionando um ambiente urbano bom para se viver. Um documento referencial no âmbito internacional que explora questões básicas para a caracterização das práticas de agricultura urbana em contextos tão diversos.

## **Growing Cities Growing Food: Urban Agriculture in the Policy Agenda**

**BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GUENDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Eds).** Alemanha: Feldafing, 2000.

Seleção de textos que traz uma contribuição consistente ao debate sobre o valor da agricultura urbana para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. São exploradas as variadas definições de agricultura urbana e analisadas as suas contribuições para a segurança alimentar, para a economia doméstica e para a ecologia urbana. A publicação apresenta ainda um conjunto de estudos de caso realizados na Ásia, na África, na América Latina e na Europa, que procuram compreender os papéis da agricultura urbana sob diferentes condições políticas, econômicas, demográficas e ecológicas.

## **A Cidade das Mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará MADALENO, I. M. Lisboa: Editora Calouste Gulbekian, 2002.**

Trata-se de uma das publicações de referência sobre agricultura urbana no Brasil. A partir de pesquisas de campo, as agriculturas urbanas e periurbanas de Belém do Pará são caracterizadas em função da lógica de uso dos quintais e demais espaços de produção. Com base em fina identificação e quantificação das espécies mais comuns nesses espaços, a autora demonstra a importância da produção agrícola nos meios de vida da parcela mais empobrecida da cidade.



## **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para a sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral.**

**SANTANDREU, A.; LOVO, I.C.** Belo Horizonte, junho de 2007. Disponível em [www.rede-mg.org.br/article\\_get.php?id=100](http://www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100)

Caracterização da agricultura urbana em onze regiões metropolitanas do Brasil realizada a partir de pesquisa encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o objetivo de subsidiar a elaboração de diretrizes para a uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.



## Quinta da Videira, a casa como espaço de viver

Claudio Oliver e Eduardo Feniman

**A** Quinta da Videira é uma iniciativa desenvolvida na cidade de Curitiba (PR) que busca expandir as possibilidades da agricultura e da pecuária urbanas. Suas práticas estão voltadas a transformar poluentes potenciais em nutrientes por meio da reinserção dos mesmos nos ciclos vitais, regenerando o solo e o espaço urbano. Ao mesmo tempo, as ações visam promover a soberania alimentar e a integração das famílias agricultoras envolvidas.

Em uma área de cerca de 300 m<sup>2</sup> manejam-se dejetos e rejeitos orgânicos por meio da produção integrada de olericultura e criação animal (4 cabras, 28 galinhas, 30 coelhos, 7 porquinhos-da-índia e minhocas). Os criatórios funcionam como unidades de processamento de resíduos, ou seja, têm a função prioritária de produzir esterco para compostagem visando a adubação da horta. Mas a produção animal gera outros benefícios, uma vez que assegura 100% do leite e dos ovos, além de 80% da carne consumida mensalmente por três famílias. A estacionalidade da produção é respeitada, o que significa que o consumo de produtos frescos acompanha o ritmo de redução no outono e no inverno, enquanto que, no verão, concentram-se as atividades de produção de conservas, defumados e congelados. A alimentação dos animais é constituída integralmente de resíduos orgânicos provenientes de comércios locais, residências ou da própria Quinta. Mensalmente, 3.500 quilos desses resíduos entram no processo e são utilizados como fonte de nutrientes.

A presença de odores desagradáveis e a proliferação de moscas são dois fatores considerados limitantes à criação de animais nas cidades. Para contornar o problema do mau cheiro, emprega-se a borra de café provenien-

te de cafeterias da região. Por ser um material levemente ácido, a borra adicionada ao esterco em decomposição impede a formação de amônia, composto nitrogenado que é o principal responsável pelos odores indesejáveis. Já para reduzir as moscas, adaptou-se uma tecnologia utilizada originalmente para o controle de moscas tsé-tsé na África chamada de carniça artificial. No modelo adaptado, são utilizadas duas garrafas tipo PET cheias de iscas feitas de sangue dos animais abatidos na propriedade. Além disso, a parte inferior dos recipientes é pintada de preto, gerando atração visual para as moscas. As armadilhas demonstraram eficiência de 85% na redução de insetos em relação ao que se tinha antes de sua colocação.

Longe de ser ou pretender ser um modelo, a Quinta da Videira tem sido uma inspiração a outros atores que

descobrem possibilidades, capacidades e resultados semelhantes. O objetivo esperado pelo grupo de agentes da Quinta é o de que, ao deixar o local, qualquer pessoa possa ter a sensação de que poderia fazer ainda melhor do que ali é feito e com a esperança de que é viável realizar as práticas que sempre permitiram o sustento no meio urbano.

**Claudio Oliver**  
professor do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Evangélica do Paraná, coordenadora Quinta da Videira  
claudiofoliver@gmail.com

**Eduardo Feniman**  
mestrando do Programa Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPR e residente da Quinta da Videira  
edufeniman@gmail.com



Foto: acervo pessoal dos autores

Manejo adequado possibilita a criação animal em áreas urbanas

# Divulgue suas experiências nas revistas da Rede AgriCulturas [www.agriculturesnetwork.org](http://www.agriculturesnetwork.org)

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na *Leisa Latinoamericana* (editada no Peru) e na *Revista Farming Matters* (editada na Holanda).

## Combate à desertificação: lições que vêm das comunidades rurais

Há vinte anos, por ocasião da Conferência Rio 92, as Nações Unidas reconheceram que os processos de desertificação, juntamente com as mudanças climáticas e as perdas da biodiversidade, figuravam entre os principais desafios ambientais colocados no caminho do desenvolvimento sustentável. Definidos como a perda gradual da capacidade produtiva da terra provocada por fatores climáticos ou pela ação humana, os processos de desertificação atingem diretamente as populações que vivem em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas. Essas regiões correspondem a 40% das terras do planeta e concentram 60% da pobreza mundial. Mais de 250 milhões de pessoas já são afetadas pelo fenômeno, e quase um terço da população mundial está submetido aos riscos do seu alastramento. No Brasil, essa ameaça recai sobre 15% do território nacional. Diante da gravidade do quadro, a ONU estabeleceu em 1994 a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNC-

CD, na sigla em inglês), da qual 195 países são signatários. Apesar disso, existe uma constatação generalizada de que muito pouco se avançou em medidas concretas que resultassem no estancamento ou na reversão dos processos de desertificação. O Brasil se prepara para sediar a 2ª Conferência Científica da UNCCD (Fortaleza, de 4 a 7 de Fevereiro de 2013), momento em que serão debatidos os impactos econômicos da desertificação e elaboradas recomendações de políticas públicas para a sua mitigação. Com a edição de dezembro de 2012 da revista *Agriculturas*, queremos apresentar exemplos concretos de enfrentamento dos processos geradores da desertificação por meio da efetiva mobilização das comunidades rurais na gestão dos recursos naturais com base em estratégias de manejo localmente adaptadas e coerentes com a perspectiva agroecológica.

Prazo para recepção dos artigos:  
10 de novembro de 2012

## Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para [revista@aspta.org.br](mailto:revista@aspta.org.br).

**ACESSE: [www.aspta.org.br/agriculturas](http://www.aspta.org.br/agriculturas)**



Patrocínio:

